

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**ALEX SANDER MOURA BARRETO**

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
ESTUDO DE CASO EM DUAS PROPRIEDADES - DOM PEDRITO/RS**

**Dom Pedrito, RS**

**2014**

**ALEX SANDER MOURA BARRETO**

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
ESTUDO DE CASO EM DUAS PROPRIEDADES - DOM PEDRITO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso Superior  
de Tecnologia em Agronegócio  
da Universidade Federal do  
Pampa, como requisito parcial  
para obtenção do Título de  
Tecnólogo em Agronegócio

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alicia Ruiz  
Olalde

**Dom Pedrito, RS**

**2014**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B273e Barreto, Alex Sander Moura

Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: Estudo de caso em duas propriedades - Dom Pedrito/RS / Alex Sander Moura Barreto.

64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO, 2014.

"Orientação: Alicia Ruiz Olalde".

1. agricultura familiar. 2. políticas públicas. 3. fruticultura. I. Título.

**ALEX SANDER MOURA BARRETO**

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
ESTUDO DE CASO EM DUAS PROPRIEDADES - DOM PEDRITO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Agronegócio.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 13 de agosto de 2014.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alicia Ruiz Olalde

Orientador

(Universidade Federal do Pampa)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jaqueline Mallmann Hass

(Universidade Federal do Pampa)

---

Prof. Dr. Nelson Ruben de Mello Balverde

(Universidade Federal do Pampa)

Dedico este trabalho à minha esposa  
Eliane, pelo carinho e incentivo, que  
foram imprescindíveis para  
este momento.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, acima de todas as coisas e pelo dom da vida;

À meus pais (*in memorian*), por me conduzirem nos primeiros passos e por me ensinarem que ser honesto não é qualidade nem virtude, e sim uma obrigação;

Em particular, à minha esposa Eliane, pela eterna cumplicidade em todos os momentos;

À meus irmãos pelo incentivo, amizade e bons exemplos;

À minha orientadora, professora Alicia Olalde, por dividir e compartilhar comigo um pouco do seu conhecimento;

Aos professores Nelson Balverde e Jaqueline Hass pelas sugestões de melhorias no trabalho;

À família Wrasse e a família Camponogara, que gentilmente abriram as portas de suas casas, sem esta confiança este trabalho não se realizaria;

Aos colegas da turma 2011, pela paciência e pela amizade;

A todos os professores que participaram desta jornada, com certeza serão sempre lembrados;

Ao professor Cleiton Perleberg, pela oportunidade de ser bolsista;

À Unipampa, pela oportunidade de melhorar como cidadão, para contribuir com a sociedade de forma mais qualificada;

Aos funcionários de todos os setores da Unipampa, pela atenção e desprendimento;

Aos colegas Josemar e Léslie, pelos inúmeros trabalhos em conjunto;

Aos colegas do “timeco”, Niwton, Carlos Alberto, Fabiano e Juliano.

Aos demais colegas do curso, que de alguma forma colaboraram com este aprendizado.

“Os opressores, falsamente generosos, tem necessidade para que a sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça.”

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal mostrar a realidade de duas propriedades no âmbito da agricultura familiar, através de um estudo de casos múltiplos, no município de Dom Pedrito/RS, aonde predominam as atividades de pecuária extensiva e o cultivo de arroz e soja em larga escala. As duas propriedades que foram alvo da pesquisa praticam a fruticultura, mesmo sem adequada coordenação na sua cadeia produtiva e apresentando problemas como a logística e a disponibilidade de mão de obra. Os estudos de caso realizados com estes produtores mostraram que os mesmos vêm conseguindo obter bons resultados, inclusive realizando investimentos de forma progressiva. Ambos encontraram na fruticultura uma possibilidade de diversificação da economia local e estão conseguindo viabilizar seus empreendimentos, seja com capital próprio ou com recursos advindos de políticas públicas. Buscou-se analisar o comportamento e o dinamismo destas duas unidades familiares a partir dos processos de tomada de decisão, quanto ao modo de produção e comercialização e a utilização de políticas públicas para este segmento. Procurou-se também, demonstrar a importância da agricultura familiar e da fruticultura, tanto em termos econômicos como sociais, para o estado do Rio Grande do Sul e para o país.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, estratégias, políticas públicas, fruticultura.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como principal objetivo mostrar la realidad de dos predios en el ámbito de la agricultura familiar, a partir de un estudio de casos múltiples, en el municipio de Dom Pedrito/RS, donde predominan las actividades de ganadería extensiva y el cultivo de arroz y soja a gran escala. Los dos predios objeto de esta investigación practican la fruticultura, a pesar de no estar coordinados adecuadamente en sus cadenas productivas y presentar problemas con la logística y disponibilidad de mano de obra. Los estudios de caso realizados con estos productores mostraron que los mismos están obteniendo buenos resultados, incluso realizando investimentos de forma progresiva. Ambos encontraron en la fruticultura una posibilidad de diversificación de la economía local y están logrando viabilizar sus emprendimientos, tanto con capital propio como con recursos originados de las políticas públicas. Se buscó analizar el comportamiento y el dinamismo de estas dos unidades familiares a partir de los procesos de toma de decisión, modo de producción y comercialización y la utilización de políticas públicas para el segmento. Se buscó también reflejar la importancia de la agricultura familiar y de la fruticultura, tanto en términos económicos como sociales, para el estado de Rio grande do Sul y para el país.

**Palabras clave:** agricultura familiar, fruticultura, políticas públicas.

## LISTA DE SIGLAS

CDFIMS - Comitê Pró-Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada da Metade Sul

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Food and Agriculture Organization / Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FEE/RS - Fundação de Economia e Estatística/RS

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SMEC - Secretaria Municipal de Educação de Dom Pedrito/RS

SEAGRI/BA - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia

VBP - Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
1.1 Problema de pesquisa .....	14
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 Justificativa .....	15
1.4 Metodologia .....	19
1.4.1 Tipologia da Pesquisa.....	19
1.4.2 Contexto da Pesquisa.....	21
1.4.3 Materiais e Métodos.....	22
1.4.4 Limitações da pesquisa .....	23
1.5 Estrutura do trabalho .....	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	25
2.1 Agricultura familiar .....	26
2.2 Comercialização na agricultura familiar .....	32
2.3 Fruticultura.....	36
2.4 Políticas públicas .....	38
2.4.1 Pronaf .....	42
2.4.2 Pnae .....	44
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	47
3.1 O caso do produtor de uvas.....	47
3.2 O caso do produtor de morangos .....	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56

REFERÊNCIAS .....	60
-------------------	----

## INTRODUÇÃO

Abordou-se neste trabalho o tema agricultura familiar e sua inserção no contexto social e econômico através de estratégias de reprodução e as formas de funcionamento das unidades familiares, que permitem sua sobrevivência mesmo em ambientes extremamente competitivos. Também foram analisadas questões como condições de trabalho, utilização de mão de obra, autonomia e, principalmente suas ações no âmbito social e econômico, além das perspectivas para a unidade produtiva.

Para tanto, o alvo da pesquisa foram duas propriedades rurais no município de Dom Pedrito/RS, quinto maior município do estado do Rio Grande do Sul em extensão, com 5192 km<sup>2</sup>, aonde existe predominantemente pecuária extensiva e o cultivo de arroz e soja em larga escala, caracterizando-se como uma agropecuária baseada em *commodities*.

Dentro deste contexto vimos à dificuldade encontrada por pequenos e médios produtores para viabilizarem seus negócios, ao passo que as cadeias existentes tradicionalmente no município, já estão muito bem estruturadas, caso da carne e grãos, o que não acontece com outros produtos, por exemplo, a cadeia do leite e de hortifrutigranjeiros.

Este trabalho foi realizado em dois estabelecimentos de âmbito familiar; Na primeira propriedade o produtor rural pratica principalmente o cultivo de uvas viníferas para a indústria, como cultura e fonte econômica principal, contando também com outras pequenas atividades agrícolas para geração de renda no restante do ano, como batata doce, melão, dentre outros;

Na outra propriedade é realizado o cultivo de morangos e, mais recentemente, tomates e flores. Como características comuns, possuem localização privilegiada, de 3 a 15 km do perímetro urbano, ambos pequenos produtores rurais, se comparados com a agricultura predominante no município, pois possuem área reduzida (3 ha e 35 ha);

Foram discutidas principalmente, as formas familiares de organização, as alternativas encontradas pelos mesmos, a tomada de decisão dos gestores quanto à produção e comercialização e a capacidade de interação das famílias com as estruturas e instituições sociais e econômicas que viabilizam sua reprodução.

Schneider (2009a), afirma que os agricultores familiares não são reconhecidos como agentes capazes de prover-se de estratégias, assim procura-se mostrar neste trabalho justamente esta capacidade, pois nas duas unidades de pesquisa foram constatadas diversas ações que mostram o enorme potencial desses agricultores, tanto na parte técnica como na parte gerencial.

Notadamente, existe muita confusão e pela falta de informação e até interesse por parte de algumas pessoas, acaba-se vinculando a agricultura familiar apenas como de subsistência, mas como observado na literatura a respeito, estes agricultores estão inseridos em todos os mercados e em todos os níveis, portanto, não se pode confundir agricultura familiar com agricultura camponesa ou de subsistência.

Neste trabalho a busca por estes esclarecimentos será uma constante, a fim de justificar a realização da pesquisa e com a intenção de fornecer subsídios a trabalhos posteriores referentes à agricultura familiar neste município.

Buscou-se verificar as maneiras encontradas pelos mesmos para integrarem-se aos mercados, bem como analisar suas estratégias e as dinâmicas existentes no mercado local a fim de criar novas perspectivas que transcendam o usual, ou seja, mostrar ao público interessado que existem outras formas no município de praticar a agricultura mesmo numa região historicamente marcada por grandes propriedades e baseadas em um único produto, seja carne ou grãos.

Portanto, para Schneider (2009a, p.240), “(...) os agricultores familiares podem estabelecer variadas estratégias para garantir sua reprodução social, econômica e cultural que não passam, necessariamente, pela modernização técnico-produtiva (...)”. Existem outros autores que discordam desta afirmação, julgando imprescindível uma atualização destes produtores tanto do ponto de vista da infraestrutura como da inserção em mercados competitivos para sua manutenção, como visto em Gazolla (2009).

Apesar da heterogeneidade e distâncias que separam os diversos tipos de famílias rurais inseridas na agricultura familiar, todos os autores revisados concordam que melhorou a condição destes produtores nas últimas décadas, porém, ainda há muito que avançar. Embora já haja um reconhecimento maior para uma categoria que sempre esteve presente, atualmente está ganhando cada vez mais, visibilidade e notoriedade, tanto dos órgãos públicos, quiçá por interesse, bem como da sociedade.

Abordou-se também ao longo do trabalho, a importância da fruticultura na economia, como geradora de renda, emprego e desenvolvimento, visto que está presente em todos os estados brasileiros (BUAINAIN; BATALHA, 2007); a vocação histórica do Rio Grande do Sul como produtor de frutas, onde se procurou mostrar o caso de dois agricultores locais de âmbito familiar que, cada um a seu modo, está inserido no mercado através da fruticultura.

Optou-se pela realização de um estudo de caso multicasos, dada a intensidade que pode ser aplicada aos mesmos e pela flexibilidade da pesquisa, pois pode-se encontrar outras questões durante o trabalho, as quais podem ser utilizadas para produzir conhecimento, embora estas não tenham sido previstas. Teve caráter exploratório com vistas a alcançar os objetivos propostos e uma abordagem qualitativa.

Como todo estudo de caso, após a realização da pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico, foi conduzido através de pesquisa de campo, tendo como meios para coleta de dados, as entrevistas e as observações *in loco*.

## **1.1 Problema de pesquisa**

Apesar do município de Dom Pedrito possuir uma enorme extensão territorial (5192 km<sup>2</sup>), praticar agropecuária empresarial, baseada principalmente na produção de *commodities*, com monoculturas de soja e arroz, além da pecuária extensiva, percebe-se que existem inúmeras propriedades rurais que podem ser incluídas nas mais diversas categorias, possuindo tamanhos variados; surgiu então a necessidade de conhecer melhor outras realidades existentes, para tornar público o conhecimento de novas dinâmicas da agropecuária local.

Elegeram-se duas propriedades rurais de base familiar, não que representassem o modelo ideal, nem que pudessem servir para generalização de uma categoria, mas simplesmente para mostrar que existem outras modalidades de agricultura no município que fogem do tradicional (das áreas extensas, praticando a chamada “agricultura moderna”, mecanicista, tecnológica), que já não absorve mão de obra como outrora, não consegue suprir a demanda por emprego e renda que a população local necessita; gera muitos dividendos, sem dúvida, mas isto não se reflete na comunidade como um todo, dadas as características do mercado atual

que visa produtos em larga escala, geralmente para exportação, e utiliza recursos principalmente externos na produção.

Após o exposto acima, chegou-se a seguinte questão de pesquisa:

Quais fatores são determinantes para reprodução econômica de propriedades rurais no âmbito da agricultura familiar?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Identificar novas possibilidades de reprodução econômica da agricultura familiar no município de Dom Pedrito/RS

### **1.2.2 Objetivos específicos**

Observar as estratégias utilizadas em duas propriedades rurais de âmbito familiar no município de Dom Pedrito/RS;

Identificar fatores positivos e/ou vulnerabilidades destas unidades familiares;

Apontar as ações empregadas visando à sustentabilidade econômica das mesmas;

## **1.3 Justificativa**

A primeira questão pela qual se justifica este trabalho de pesquisa é o fato do município de Dom Pedrito/RS ser extremamente dependente do setor agropecuário, sendo uma de suas únicas fontes geradoras de renda, tendo inclusive figurado entre os 100 maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do agronegócio no Brasil (IBGE, 2011 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Porém, não se percebem grandes avanços na questão social, principalmente na geração de emprego e na infraestrutura urbana da cidade, fazendo com que os mais jovens necessitem buscar emprego em regiões mais industrializadas.

Para Veiga (2000 pág.175), “em todos os países com altos índices de desenvolvimento humano, a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil ela é predominantemente de caráter patronal”.

Conforme exposto acima, buscou-se então, dois representantes da agricultura familiar para realização da pesquisa, a fim de mostrar realidades distintas de agricultura além da tradicional praticada no município.

Baseado nestes fatos, ficaram constatadas a necessidade da identificação de exemplos que representem uma mudança neste modelo estático, que não distribui equitativamente seus benefícios para a população, conforme a característica atual do agronegócio, totalmente mecanizado e com baixíssima absorção de mão de obra.

Vislumbrou-se uma alternativa para a agricultura local por meio da fruticultura, através de dois produtores rurais de âmbito familiar para fazer parte desta pesquisa, mostrando suas realidades, potencialidades e as principais dificuldades encontradas pelos mesmos para sua reprodução.

Segundo Cunha (2013), a agropecuária em larga escala vem se mostrando “incapaz” de promover desenvolvimento socioeconômico no meio rural, isto é visível no município de Dom Pedrito, pois mesmo possuindo um PIB agropecuário relativamente grande, isto não se reflete em melhores condições de vida local, embora o PIB per capita seja alto ( R\$ 18.802,91) segundo dados do IBGE 2011, não se percebe uma melhora significativa na infraestrutura da cidade nem na qualidade de vida de seus habitantes.

Como a economia do município é voltada especialmente para este tipo de atividade, procurou-se mostrar neste trabalho, novas possibilidades de agricultura, através da diversificação de produtos, seja para aproveitar nichos de mercado ou inserir-se em cadeias mais complexas.

Segundo Buainaim; Batalha (2007), a fruticultura está entre os principais geradores de renda, emprego e desenvolvimento rural do agronegócio do País. Para os autores, a fruticultura possui capacidade para dar dinâmica a economias locais estagnadas e com poucas alternativas de desenvolvimento. Acredita-se, portanto, que a fruticultura poderia vir a ser uma opção de diversificação da economia local, pois, quanto mais diversificado encontra-se um ambiente econômico, menos chances de entrar em recessão.

Este trabalho trata exatamente de dois produtores rurais que praticam a fruticultura, mesmo estando localizados em um ambiente voltado especialmente para o agronegócio tradicional, mas que buscaram através de seu empreendedorismo e vocação, viabilidade em um negócio diferente da estrutura existente no município.

Como motivação utilizou-se o seguinte enfoque encontrado em trabalho de Bittencourt & Di Sabatto (2000, p.7), para os autores “a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras, à disponibilidade de infraestrutura, etc”., esta afirmação, por si só, já demonstra a enorme e complexa teia que se forma quando falamos de ambiente rural no Brasil, é impossível generalizar e extremamente difícil de enquadrar as diversas categorias existentes, por isso a escolha de dois representantes da agricultura de base familiar no município a fim de mostrar realidades distintas da agricultura dominante, mas que, de alguma forma colabora econômica e socialmente para os municípios e conseqüentemente para o País.

A partir daí, delimitou-se a questão da agricultura familiar em âmbitos locais, procurando casos que fossem relevantes, pertinentes e que viessem mostrar outras realidades, outras possibilidades existentes além das já mencionadas anteriormente, e que viessem mostrar como estão conseguindo viabilidade nos seus negócios e quais os meios utilizados para tal.

Outro motivo que levou à realização deste trabalho foi a carência de estudos relacionados com agricultura familiar no município em questão, visto que o mesmo possui uma enorme extensão territorial e embora muitas propriedades tenham um número extremamente elevado de hectares, percebe-se que existem centenas de agricultores com áreas reduzidas que variam de 1 até 100 hectares, ou 4 módulos fiscais aproximadamente, que passam completamente despercebidos tanto pelos órgãos públicos como pela população em geral, visto que pelas cifras, o agronegócio dito “moderno” possui maior visibilidade e credibilidade.

O foco principal do trabalho passou a ser a agricultura familiar e suas dinâmicas locais de desenvolvimento e permanência; para corroborar com a intenção desta pesquisa observamos o trabalho de Guilhoto et alli (2007), onde o autor descreve que entre os anos de 1995 e 2005, o PIB da agricultura familiar, em média, foi de aproximadamente 10% em relação ao PIB total nacional e cerca de 33% do PIB agropecuário brasileiro, mostrando a força desta categoria e sua importância na geração de riquezas.

Com estes números fica evidente a relevância desta categoria tanto na produção de alimentos internamente para a população de um país, bem como geradora de ocupações, isto é um fenômeno mundial, não é aplicável apenas aos países menos desenvolvidos.

O presente trabalho justifica-se também, devido à atenção que vem sendo dada para a agricultura familiar no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF (1996) e a Lei da Agricultura Familiar de 2006, que institucionalizou as políticas para a categoria.

Embora a heterogeneidade econômica e social da agricultura familiar seja ainda um motivo de preocupação para os formuladores das políticas públicas, a cada ano procura-se ajustar ou corrigir possíveis falhas, na tentativa de minimizar a situação daqueles que se encontram na situação de pobreza rural, alavancar os produtores em transição e apoiar os que já estão mais desenvolvidos.

A Região Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina representam quase metade do PIB agropecuário familiar do Brasil, enquanto no Nordeste, onde se encontra a metade das famílias agricultoras, o desenvolvimento ainda é incipiente (Guilhoto et al., 2007), embora nos últimos anos tenha havido uma atenção maior a este segmento naquela região, principalmente com a inclusão e participação da agricultura familiar na fruticultura irrigada.

Entende-se que as unidades familiares que continuam no campo, não só tem uma participação importante no que tange a segurança alimentar do país, respondendo por 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros, bem como sua importância social, econômica e ambiental. (Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar, 2013).

Partindo destes pressupostos, este trabalho visa mostrar como se dá a dinâmica econômica e social de duas unidades familiares, proprietárias de pequenos lotes de terra, qualificadas como agricultura familiar e suas respectivas estratégias para inserirem-se no mercado e reproduzirem-se socialmente.

O conceito utilizado por Silva & Mendes (2009, p.3), define bem esta categoria e é uma das razões pelas quais se elegeu este tema e os participantes da pesquisa, onde “a mão de obra é predominantemente familiar na unidade produtiva, o tamanho das propriedades, o rendimento e uma multiplicidade de organismos e diversidade de competências, resultando em estratégias de reprodução”.

Uma série de fatores influencia na dinâmica das famílias, algumas questões são intrínsecas à própria família, como competência técnica ou gerencial, por exemplo, outras dependem do contexto em que estão inseridas e qual o grau de desenvolvimento querem, podem e necessitam atingir para sua sobrevivência.

Este estudo multicaseos, não pretende e nem pode ser generalizador de uma categoria em determinado local, porém, salienta-se sua importância pelo fortalecimento que a agricultura familiar teve nas duas últimas décadas, sua importância na sociedade e na economia do estado do Rio Grande do Sul e para o país, e abre perspectiva para posteriores trabalhos relacionados com este tema.

## **1.4 Metodologia**

### **1.4.1 Tipologia da pesquisa**

Realizou-se uma pesquisa de ordem intelectual e destinada unicamente à ampliação do conhecimento. Gil (2009) diz que a ciência objetiva tanto o conhecimento em si mesmo quanto as contribuições práticas decorrentes desse conhecimento. A pesquisa foi realizada no município de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, com dois proprietários rurais e suas famílias, através de entrevistas e observação *in loco*.

O método de pesquisa adotado foi o Estudo de Caso, conforme definições de Gil (2009, p.14), para o autor, “estes servem a muitos propósitos, proporcionam uma visão mais clara acerca de fenômenos, contribuem para a descrição de organizações e podem ser utilizados para fornecer explicações de fatos e fenômenos sob o enfoque sistêmico”.

Embora a análise de um ou poucos casos forneça uma base muito frágil, apresenta a vantagem de ter profundidade e intensidade. Para Gil (2010), Os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam. Exatamente o que este trabalho pretendeu realizar, ou seja, uma visão sistêmica do objeto de estudo ou das unidades analisadas, evidenciando suas peculiaridades. Para Triviños (2012), estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente.

As principais vantagens do estudo de caso são encontradas em Gil (2009), o autor diz que estes possibilitam estudar um caso em profundidade, garantem a unidade do caso, são flexíveis e podem ser aplicados sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos; dentre as limitações apontadas pelo autor, estão a difícil

replicação, demandam longo período de tempo, não favorecem a generalização, o processo de análise é complexo, dentre outros. (GIL, 2009).

Gil (2009), diz ainda que os estudos de caso exploratórios são aqueles em que o pesquisador não espera obter uma resposta definitiva para o problema proposto, visa obter uma visão mais acurada do problema para realização de pesquisas mais profundas. Segundo o autor, as evidências obtidas com os estudos de caso múltiplos são consideradas mais convincentes, são utilizados com vistas a estabelecer comparações, testar ou aperfeiçoar teorias.

Esta pesquisa teve uma abordagem exploratória, com o propósito de proporcionar maior familiaridade ao problema, conforme (GIL, 2010).

Já para Köche (2009, pág. 126), “a pesquisa exploratória trabalha com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa”, o autor diz ainda que o objetivo fundamental de uma pesquisa exploratória é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer (KÖCHE, 2009).

Foram realizadas entrevistas informais, abertas ou por pautas, portanto sem uma estrutura pré-definida, com os produtores e suas famílias, pesquisa de campo com vistas à observação, coleta de dados, breve pesquisa documental, para posterior análise e interpretação crítica dos dados.

Gil (2010), explica que para maior credibilidade aos estudos de caso, é preciso verificar a representatividade dos participantes, a qualidade dos dados, controlar os efeitos do pesquisador, fazer triangulação dos dados, que para o autor é a estratégia mais importante adotada na análise e interpretação dos resultados e consiste basicamente em confrontar os dados obtidos com diversas fontes; obter feedback dos participantes, na forma de troca de informações, sugestões, para o andamento do trabalho e obter avaliação externa, ou seja, parecer de outros pesquisadores. (GIL, 2010).

Como técnica de pesquisa utilizou-se as proposições de Andrade (2009), onde documentação indireta seriam as pesquisas bibliográficas e documentais, e a documentação direta intensiva, com técnicas de observação propriamente ditas e entrevistas.

A observação foi espontânea, pois segundo Gil (2009), a mesma facilita a obtenção de dados sem produzir suspeitas, embora não planejada, se coloca no plano da observação científica. Ainda para o autor, esta exige controle na obtenção

dos dados, é seguida de um processo de análise e interpretação, o que significa que é submetida a verificação e controle.

#### **1.4.2 Contexto da pesquisa**

Esta pesquisa foi realizada no município de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, está localizado na mesorregião sudoeste Rio-Grandense e pertence a microrregião da Campanha Meridional. Possui 5.192 km<sup>2</sup> sendo o quinto maior município do estado em extensão, área dez vezes maior que a da capital do Estado, Porto Alegre, que possui 496 km<sup>2</sup>.

Pratica desde o início do século XX a criação extensiva de gado bovino de forma empresarial (IBGE/ cidades, 2011), ovinos e equinos; a partir da década de 1950 começa o cultivo de arroz, tornando-se predominante na economia do município, juntamente com o cultivo da soja, porém esta, de forma bastante moderada, vindo a sofrer um aumento considerável na área plantada a partir do ano de 2010, chegando na última safra 2013/2014 a superar o arroz em área cultivada. Outros cultivos e criações praticados no município, porém sem grande representatividade em relação aos números, são a criação de outros animais de pequeno porte, o cultivo de algumas variedades de frutas, verduras, sendo que a partir dos anos 2000 intensifica-se o cultivo de uvas, principalmente para vinhos finos e também oliveiras.

Os números do município impressionam pela grandeza, na pecuária bovina apresenta 309.908 mil cabeças, equinos 11.380 cabeças, ovinos 135.397 cabeças, e grandes áreas cultivadas de soja (47500 ha, 2012 e atingindo quase 80.000 ha em 2014) e arroz (32800 ha/2012). Todos os dados são do (IBGE, 2013) extraídos do Censo Agropecuário 2006 e da Produção Agrícola Municipal 2012.

Como culturas temporárias aparecem também o cultivo de 15 hectares de melão, 200 hectares de milho, 500 hectares de sorgo, 510 hectares de trigo.

Como culturas permanentes o IBGE (2013) destaca a laranja (2 ha), figo (2 ha), azeitona (2 ha), maçã (7 ha), pera (3 ha), pêssigo (10 ha) e uva (121 ha), esta última possui a maior área dentre as culturas permanentes e apresentou um rendimento médio de 10.000 kg/ha no ano de 2012.

A partir destas constatações buscou-se verificar a existência de agricultores familiares no município a fim de participarem deste estudo, vislumbrou-se a

oportunidade de entrevistar um produtor de morangos, cuja propriedade está localizada a 3 km de distância do perímetro urbano e um produtor de uvas, que a propriedade está localizada a 15 km, distâncias estas relativamente baixas em relação ao tamanho do município que conta com mais de 2000 km de estradas na sua zona rural.

Pelos motivos acima listados, e por conterem as características próprias da categoria agricultura familiar, que é um dos temas centrais deste estudo, deu-se a escolha destes dois produtores, devido também a facilidade de acesso às propriedades para a pesquisa de campo, pois os dois localizam-se junto à BR 293, que corta o município.

### **1.4.3 Materiais e métodos**

A pesquisa iniciou-se com o levantamento bibliográfico existente com relação aos temas elegidos, sendo o mote principal a agricultura familiar e suas peculiaridades.

Dentro desse contexto principal buscou-se em obras de autores que tem uma vasta relação de trabalhos voltados para esta categoria, destacando Abramovay (1992, 1997, 1999), Schneider (2009, 2010), Guilhoto (2005, 2007), Sachs (2008), Veiga (2000), Buainain (2003, 2007), dentre outros, mais os sites oficiais do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e FEE-RS (Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul).

Pesquisou-se artigos científicos relacionados com o tema no Repositório Digital da UFRGS, SciElo, Google Acadêmico, biblioteca digital da UNICAMP-SP, da USP, além de trabalhos publicados pelo NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), dentre outras publicações.

Após a revisão da literatura e construção de uma base teórica para fundamentar a pesquisa, foi desenvolvido um cronograma para registrar as datas de início e término do trabalho, bem como as datas das entrevistas e visitas *in loco* nas propriedades rurais.

Os dados da pesquisa foram coletados de forma direta através de nove entrevistas com os proprietários rurais e suas famílias, estas foram abertas em alguns momentos, pois permitem que o entrevistado fale livremente com o conhecimento empírico que possui, e por pautas em outros, nos quais o entrevistado

foi questionado sobre temas referentes aos objetivos propostos, não tendo sido criado um roteiro e nem uma estrutura para as mesmas.

Além das entrevistas, foi realizada a observação espontânea nas propriedades para confirmar se o que estava sendo declarado era condizente com a realidade observada.

Posteriormente à análise crítica destes dados qualitativos, foi elaborado o relatório final da pesquisa que buscou responder as questões principais que levaram a este estudo.

#### **1.4.4 Limitações da pesquisa**

Importante mencionar que os dados encontrados através deste estudo multicasos não podem ser generalizadores de uma categoria nem de um tipo de produção agropecuária, por serem pontuais, com características e peculiaridades específicas, portanto não se aplica em casos semelhantes ou que estejam inseridos em outros contextos.

Após a coleta de todos os dados e das análises preliminares pretendia-se fazer a triangulação dos mesmos para dar mais credibilidade ao trabalho, mas não se conseguiu profissionais que se dispusessem a colaborar com a pesquisa, tanto na cultura da videira como do morango. A principal característica dos estudos de caso para verificação e análise de dados qualitativos, seria através da confrontação das respostas obtidas com o conhecimento de especialistas na área.

Tendo em vista estas dificuldades, procuramos salientar a relevância e a importância dos dados obtidos, principalmente porque foram de fonte primária, ou seja, com os atores envolvidos no processo e responsáveis pelas ações e decisões que responderiam as questões propostas por este trabalho.

#### **1.5 Estrutura do trabalho**

Na primeira parte do trabalho foi construído um referencial teórico acerca da agricultura familiar para embasamento, com aspectos gerais quanto a números e sua importância, tanto social como econômica, para o Estado e para o País, procurando mostrar as diferentes situações existentes dentro da categoria.

Na sequência apresentam-se considerações acerca da comercialização para agricultura familiar, focando nos principais canais utilizados pelos respondentes da pesquisa.

Posteriormente uma breve revisão sobre a fruticultura, também com sua importância econômica e social, justamente porque neste trabalho as unidades que serviram como objetos de análise, estão de certa forma, envolvidas com esta cadeia produtiva.

Na sequência, finalizando o referencial teórico foram apresentados outros dois itens acerca das políticas públicas voltadas para esta categoria, tais como o PRONAF e o PNAE, os quais foram ou estão sendo utilizados pelos mesmos.

Na penúltima parte do trabalho aparecem os resultados e as discussões, onde estão os dados coletados junto aos produtores rurais e suas famílias, com os quais se esclarece o estudo de caso em questão.

Para encerrar o trabalho, as considerações finais fazem um resumo dos dois casos apresentados, mostrando as similaridades e as distinções entre os dois, apenas para realçar os objetivos propostos inicialmente.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente foi feito um breve relato acerca da agricultura familiar com todas as suas peculiaridades e diversidades, tanto em relação à questão econômica como social, as diferenças existentes dentro desta parcela significativa da nossa sociedade, quais os meios utilizados por estes produtores rurais para manterem-se nas atividades e quais iniciativas o Estado tem conseguido implantar nos últimos anos.

Procurou-se evidenciar a importância da agricultura familiar para a economia e para a sociedade, tanto no Estado do Rio Grande do Sul, bem como para o País, principalmente como geradora de renda e ocupações no meio rural e como grande abastecedora do mercado interno, chegando em alguns lugares a representar 80% dos alimentos que vão à mesa do Brasileiro (ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2013 pág.36).

Também foram apresentadas considerações acerca da importância da fruticultura para o Brasil, como grande absorvedora de mão de obra e capaz de dar dinâmica em economias locais. Justamente porque os participantes deste estudo de caso estão inseridos nesta cadeia, embora a agricultura predominante na região seja basicamente de grãos. A comercialização também é um dos temas abordados, com características semelhantes e em certo ponto distintas entre os membros pesquisados.

Na sequência, uma breve análise referente às políticas públicas atuais, focando principalmente nas que foram e estão sendo utilizadas pelos respondentes desta pesquisa, tais como acesso ao PRONAF e comercialização através do PNAE.

O referencial teórico será entrecortado diversas vezes com observações acerca dos estudos de caso em questão. Portanto, um breve relato sobre os dois casos servirão para situar durante a leitura do texto:

Este estudo procurou relatar a história e as estratégias utilizadas em duas unidades produtivas inseridas no âmbito da agricultura familiar no município de Dom Pedrito/RS, município este que possui um contexto próprio de agronegócio empresarial, produtor de *commodities* e com cadeias bem estruturadas neste setor, divergindo então, dos atores envolvidos nesta pesquisa.

Um dos casos analisados refere-se a uma família rural produtora de uvas, numa área própria de 35 ha, sendo utilizado em torno de 10 ha para o cultivo das

uvas, tanto viníferas quanto de mesa, e que comercializam diretamente com a indústria quase toda a produção. Possuem também, outros cultivos para complementação da renda, que são o melão, a melancia, a batata doce, a mandioca, o morango eventualmente, e mais recente, uma plantação de bergamotas com vistas ao PNAE.

Tanto as uvas de mesa quanto o excedente da indústria, são transformados em vinho e suco de uva, os quais são vendidos diretamente para amigos, parentes, produtores de vinho da região, etc.

Têm conseguido ampliar o patrimônio nos últimos anos, tanto pessoal como da propriedade, justamente com o faturamento advindo da indústria vinícola, por ser o de maior montante devido ao volume de produção.

O outro estudo de caso analisado e que também aparecerá interposto ao texto, refere-se à família produtora de morangos, como cultura e fonte de renda principal, mas que também produz flores sempre vivas, tomates, milho verde e algumas hortaliças.

Possuem uma área de 3 ha arrendada dos pais e estão se utilizando de várias políticas públicas para desenvolvimento da propriedade, tais como PRONAF (Mais Alimentos), participam do PNAE, e também pleiteam junto aos órgãos públicos, a implantação e o financiamento de uma agroindústria, e também uma nova moradia, através do Plano Nacional de Habitação Rural.

Os dados completos destes produtores rurais de âmbito familiar aparecerão na penúltima seção deste trabalho, mais especificamente nos resultados e discussões.

## **2.1 Agricultura familiar**

Como o Brasil é um país de dimensões continentais e possui uma diversa e extremamente concentrada estrutura agrária, pode-se afirmar que, embora a minoria ocupe a maior parte da área produtiva, existem mais de 4 milhões de agricultores que sobrevivem em áreas pequenas, com pouca infraestrutura, alguns com pouco capital para investimento, sem coordenação na maioria dos locais e encontram dificuldade de penetração para comercialização de seus produtos.

Gasson e Errington (1993:20) apud Abramovay (1997), destaca as características básicas da agricultura familiar: a) a gestão seja feita pelos

proprietários, b) exista laços de parentesco entre os responsáveis pelo empreendimento; c) o trabalho seja fundamentalmente familiar; d) que o capital pertença à família; e) as transferências de patrimônio sejam entre as gerações da família; f) que os membros da família vivam na unidade produtiva.

Obviamente nem todas as famílias rurais se encaixam nestas condições, porém, vale ressaltar que em nenhum momento o tamanho das propriedades e a capacidade de geração de rendas, são mencionados.

Provavelmente baseado neste e em outros estudos, é que se chegou à lei que vigora atualmente no Brasil, pois segundo a Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, possua até 4 módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Dito isto, percebe-se que embora tenha havido uma melhora significativa neste segmento, principalmente a partir da criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e com a implantação do PRONAF em 1996, ainda são muitas as famílias rurais em condições precárias, algumas inclusive classificadas abaixo da linha de pobreza, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Bittencourt; Di Sabatto (2000), analisando os dados do Censo Agropecuário 1996 constataram que mesmo ocupando apenas 30,5 % da área e contando com 25 % do financiamento total, os estabelecimentos familiares no Brasil foram responsáveis por 37,9 % de toda a produção, naquele período. Devido ao grande número de estabelecimentos (mais de 4 milhões), muitos destes com área muito pequena destinadas principalmente para moradia e subsistência, ainda assim, conseguem proporcionar os percentuais acima no VBP (valor bruto da produção), o que mostra sua enorme capacidade; convém ainda ressaltar que participam tanto na produção para o mercado interno, como nos principais produtos da pauta de exportação.

Veiga (2000) diz que três quartos da área utilizada pelo setor agropecuário brasileiro pertencem a meio milhão de fazendeiros que empregam em torno de cinco milhões de pessoas, restando um quarto da área a outros treze milhões de ocupados no setor, dos quais pelo menos um quarto está em situação de autoconsumo. Situação semelhante encontrada no município alvo desta pesquisa,

pois os produtores rurais não familiares, que constituem cerca de metade do total de produtores do município, detêm aproximadamente 95 % das terras.

As estimativas do PIB do agronegócio familiar e sua evolução nos últimos onze anos, entre os censos de (1995 a 2005), mostram que os agricultores familiares continuam respondendo por parcela robusta da riqueza nacional, mesmo enfrentando problemas como a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão de obra (Guilhoto et alli, 2007).

Sob este aspecto pretende-se mostrar a importância social desempenhada pela agricultura familiar, embora a localidade objeto deste estudo seja voltada quase que exclusivamente para a agricultura especializada, empresarial, porém, julga-se necessário mostrar outros aspectos desta realidade, onde agricultores com poucos recursos, mas através de suas estratégias e eficiência técnica tem conseguido permanecer na atividade rural.

Já Cardoso, Flexor, Maluf (2003, p.71), dizem que "(...) a agricultura familiar cumpre não somente uma função produtiva, mas um papel central na promoção da equidade e da inclusão social em um país marcado por fortes desigualdades sociais". Percebe-se a importância que os autores atribuem a este segmento, reafirmando a condição de grande produtora de alimentos para o mercado interno, geradora da maior parte dos empregos no meio rural e colaborando ainda com uma distribuição mais justa da renda num país com uma das maiores concentrações de terra e de renda do mundo.

O setor agropecuário brasileiro é extremamente heterogêneo, e a assimetria existente entre produtores e até mesmo regiões, fez com que se criassem dualismos do tipo, agricultor familiar e não familiar, rico ou pobre, moderno ou atrasado, eficiente e ineficiente, subsistência ou comercial, dentre outros (Buainaim; Garcia, 2013).

Segundo o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2013), baseado no censo agropecuário do IBGE (2006), 84% dos estabelecimentos rurais do país são de estrutura familiar, embora ocupem apenas 24,3% da área total, empregam 75% da mão de obra rural. Em alguns estados como a Bahia, por exemplo, a participação da agricultura familiar na alimentação da população, chega a 80%, conforme o superintendente da SEAGRI (Secretaria de Agricultura da Bahia), em entrevista ao Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2013), porém, como ponto negativo, neste

mesmo estado encontra-se mais de 15% da população em situação de extrema pobreza total do Brasil, a maior parte destes, na área rural.

Para Buanaim; Garcia (2013), é preciso considerar que o universo dos pequenos estabelecimentos é extremamente diferenciado e nele se encontram grupos de produtores de diferentes matizes, que operam com diferentes níveis de tecnologia e inserção nos mercados. As políticas até hoje empregadas visavam principalmente inserir a agricultura familiar nos produtos para exportação, auxiliando na balança comercial e transformando os pequenos e médios agricultores em microempresários, auxiliando na aquisição de novas tecnologias para que pudessem obter maior produtividade e, conseqüentemente mais competitividade no mercado.

Sachs (2008), diz que a agricultura familiar através de sua modernização gradual e consolidação, fará com que o Brasil possa contar com um sistema eficiente de segurança alimentar, visto que são estes, em grande parte, que produzem alimentos. Também, parte do agronegócio, tão importante para o comércio exterior do Brasil, é constituído por agricultores familiares bem sucedidos, caso da carne suína e aves.

Como citado anteriormente, estes agricultores considerados da “classe A” da agricultura familiar, foram os primeiros a receber as benesses do Estado, através de crédito principalmente, e auxílio na comercialização. Claro que um aumento gradual em novas técnicas e equipamentos auxiliaria muito estes agricultores, porém, vale a pena ressaltar, que a grande maioria possui pequenos lotes de terra e por vezes em terrenos acidentados que se tornam impossíveis de acompanhar o ritmo da economia dita como “moderna”.

Para Maluf (2003), os agricultores reconhecem que a lavoura exige grande esforço físico, raramente recompensado com retorno financeiro, isto foi comprovado por um dos entrevistados desta pesquisa, o mesmo quer que os filhos estudem para não passar o mesmo trabalho que os pais, embora o agricultor tenha muito orgulho de sua profissão e não se veja fazendo outra coisa, imagina um futuro com menos dificuldades para os mesmos. Isto é extremamente preocupante quando analisado sob o enfoque da continuidade, da permanência da família no meio rural.

Tavares dos Santos (1978) destaca a força de trabalho familiar como um dos elementos mais importantes nas pequenas propriedades. Isto depende basicamente do tamanho da família e da alocação deste recurso nas tarefas a serem executadas.

Buainaim, Romeiro, Guanziroli (2003, p.321), também definem muito bem esta categoria : “a agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação”, por essas virtudes vislumbramos um panorama local para este segmento rural a fim de colaborar com novos estudos e trazer informações que possam ser úteis a dirigentes e agentes públicos interessados no desenvolvimento rural.

Para Guanziroli (2013), alguns segmentos mais capitalizados da agricultura familiar estão inseridos no agronegócio, enquanto uma grande parte destes agricultores produz alimentos básicos. O autor revela que 25,85 % da soja, 36,38 % do trigo, 17 % dos produtos da pecuária de corte e 52 % dos suínos são produzidos pela agricultura familiar. Mesmo aqueles que produzem alimentos, como arroz, feijão e mandioca, podem ser totalmente voltados ao mercado e utilizar alta tecnologia, também sendo produtores comerciais. Outros segmentos da agricultura familiar produzem basicamente para consumo próprio (GUANZIROLLI, 2013).

Note-se que todos os autores fazem questão de realçar as discrepâncias existentes dentro desta categoria, mesmo no Rio Grande do Sul onde a agricultura familiar é extremamente representativa do ponto de vista econômico, as diferenças de níveis e de grau de desenvolvimento são elevadas. No estado, como no restante do Brasil, encontramos agricultores familiares desde a extrema pobreza, até agricultores empresários, inseridos em cadeias complexas como a de grãos e carnes, voltadas para exportação.

Para mostrar a competência da agricultura familiar, Schneider (2009a, p.32), explica que “(...) embora a forma familiar seja afetada e de certo modo condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, revelam capacidade de se adaptar e estabelecer estratégias que garantam sua reprodução social.”, nota-se a grande variedade de artifícios e o uso de diversas estratégias das famílias rurais para manterem-se ativas, produzindo e encaminhando sua reprodução mesmo em ambientes adversos ou menos favoráveis.

Abramovay (1992), diz que existem inúmeras categorias com realidades bem diferentes, o que pode ser confirmado olhando-se o Sul do Brasil em relação às propriedades existentes no Norte e Nordeste do país, o autor diz ainda que não se deve generalizar e por isso as políticas públicas nem sempre conseguem atingir seus fins, devido principalmente a essas enormes diferenças existentes dentro desta

categoria de produtores, o que acaba às vezes, inviabilizando determinadas atividades e projetos em certos locais.

Referindo-se a reprodução econômica das famílias rurais, Maluf (2003, p.137), afirma que “esta função diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego (...)”, portanto este estudo pretende ressaltar a importância da agricultura familiar para a sociedade como um todo, visto que é muito mais oneroso para o Estado gerar um emprego urbano em comparação com o meio rural, sem contar os problemas advindos da urbanização descontrolada.

Schneider (2009a, p.65), referindo-se à trabalhos de Friedmann (1986, 1988) diz que é “(...) exatamente a capacidade da família adaptar-se a um conjunto diversificado de situações que lhe são impostas pelo ambiente na qual se encontram inseridas que permite sua flexibilidade de adaptação ou reação”.

Diversos autores discorrem sobre a capacidade que a agricultura familiar tem de adaptar-se aos momentos ou locais onde está presente, deve-se este fato principalmente por deterem os meios de produção e serem autônomos em relação ao trabalho, ou seja, os próprios agricultores, não a totalidade, obviamente, definem o que produzir e quando produzir, evitando ao máximo a externalização representada pela compra de insumos, etc.

Busca-se um melhor entendimento quanto à agricultura familiar, visto que representa enormemente na economia do Rio Grande do Sul, média de 50% do PIB agropecuário do estado, e no País, respondendo por 33% do PIB agropecuário nacional (GHILHOTO et alli, 2005). Além da importância econômica, também para a sociedade, gerando milhares de empregos no meio rural, fixando as pessoas no campo e evitando o êxodo.

No Rio Grande do Sul a produção familiar apresenta uma participação próxima ou superior a 50 % do PIB do agronegócio do estado. Em 2004, por exemplo, o PIB do agronegócio familiar atingiu a cifra de 181 bilhões de reais, cerca de 44 % deste valor foi proveniente da Região Sul do Brasil, destes, 50 % oriundos do Rio Grande do Sul.

O Estado é líder em vários segmentos do agronegócio familiar, sendo responsável por 60 % da produção de fumo, 87 % da indústria tabagista, 39 % da produção de trigo, 35 % da produção de soja, 23 % da produção de arroz e ainda 61

% da indústria moveleira. No caso da soja, o Paraná é o estado líder da produção familiar com 38 %, que somado ao Rio Grande do Sul atingem 80 % da produção do grão. Na pecuária familiar o Rio Grande do Sul é o líder na produção de suínos, com 66 % do total (GUILHOTO et alli, 2007).

Para finalizar esta seção, Veiga (2000, pág.185) afirma que “nos EUA, são as microrregiões rurais que mais atraem turistas, aposentados e serviços governamentais, as que tem obtido maior sucesso socioeconômico. Não as que apostaram apenas no *agribusiness* e nas empresas industriais ou comerciais”.

Algumas regiões ou microrregiões do Rio Grande do Sul já estão conseguindo aproveitar estas oportunidades referidas acima, ou seja, aproveitando o clima e o relevo natural para a prática do turismo rural ou ecoturismo. Isto acontece principalmente nas Regiões Centro, Norte e Noroeste do Estado, onde os municípios estão localizados muito próximos uns dos outros, facilitando o deslocamento dos turistas. Como exemplo, cita-se a “Rota Romântica”, que começa em São Leopoldo, próximo à capital do estado e estende-se por todo o Vale do Rio dos Sinos.

## **2.2 Comercialização na agricultura familiar**

A comercialização é um dos grandes desafios para a pequena produção, dadas as características do mercado atual. Salvo aquele que produz *commodities*, que pode até vender seu produto antes mesmo de ter plantado, todos os outros correm os mesmos riscos de qualquer negócio, produzir sem a garantia necessária da comercialização. Embora existam as compras governamentais, a burocracia às vezes acaba sendo um entrave, obrigando os produtores a recorrer de outros meios, geralmente partindo para venda direta, o que nem sempre é a melhor opção, pois o excedente geralmente se transforma em perda.

Segundo um enólogo francês que está residindo em Dom Pedrito/RS para produzir seu próprio vinho, adquirindo uvas de produtores da região, o futuro para os pequenos produtores é preocupante, pois uma grande empresa do setor vinícola já está com uma área de plantio enorme na região (cerca de 500 ha), e outra está implantando 200 ha, podendo vir a não necessitar mais das uvas destes produtores.

Isto pode vir a ser um grande risco para um dos participantes desta pesquisa, pois à medida que, a própria indústria começa a produzir matéria prima em grande quantidade, começa a depender cada vez menos dos pequenos produtores, sem

contar que as vinícolas atualmente não fazem contratos, coordenam e exigem qualidade na produção mas não fixam nenhum vínculo formal, nenhuma obrigação de adquirir o produto ao final do ciclo, é um contrato implícito, verbal.

Há várias maneiras de entrar no mercado, essa decisão depende muito do tipo de produto que se oferece e se há possibilidade de expansão e manutenção da oferta, isto implicaria em determinado grau de planejamento por parte dos produtores, mas não é o que se verifica, principalmente na comercialização.

Embora as famílias rurais ainda possuam certo grau de autonomia, esta vantagem desaparece quando se faz necessário entrar no circuito mercantil, pois “a própria racionalidade da organização familiar não depende da família em si mesma, mas ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve” (ABRAMOVAY, 1992, p.23).

Gazolla (2009), referindo-se à maneira como a agricultura familiar pratica integração mercantil, ressalta que esta não pode ficar alheia e isolada do mercado para sobreviver e se reproduzir. Para o autor, a agricultura familiar “(...) hoje, se reproduz com base no mercado de fatores de produção, na especialização produtiva, nos cultivos voltados ao mercado e com uma intensa diferenciação socioprodutiva entre as unidades” (GAZOLLA, 2009, p.103).

Retoma-se a discussão quanto ao Estado do Rio Grande do Sul, que possui um grande número de agricultores familiares especializados, seja na produção de suínos e aves, bem como de grãos, que na maioria das vezes irão se transformar em ração para estes mesmos animais, caso do milho e da soja.

Segundo Abramovay (1999, p.11), “existe um potencial de geração de renda no meio rural e nos municípios aos quais se relaciona diretamente que a sociedade não tem sido capaz de valorizar”. Baseado nesta premissa, este trabalho visa principalmente mostrar o quanto pode ser importante a produção em propriedades rurais de âmbito familiar, contrariando o modelo predominante de produção agrícola especializado e em grande escala.

Percebe-se atualmente uma mudança de comportamento quanto à aquisição de produtos, principalmente alimentos. As pessoas estão cada vez mais priorizando e valorizando tanto produtores como produtos locais, justamente por conhecer a procedência estabelece-se uma relação de confiança, estimulando inclusive os produtores na busca por qualidade.

Oliveira (2001) diz que o capital se manifesta no meio agrícola de várias formas: produtor individual, introdução da economia de mercado e separação da indústria rural da agricultura, e por último, separação dos meios de produção, o que tornaria o produtor rural um assalariado ao invés de proprietário.

Procurou-se analisar dentro do objeto de estudo, como se dá esta interação com a indústria, embora seja um negócio lucrativo, a incerteza e a insegurança estão presentes a cada safra, pois o agricultor não tem garantia nenhuma que seu produto será aceito, embora realize e comprove todos os procedimentos requeridos.

Entretanto, todo produtor rural passa por este tipo de situação, produz bem, da melhor maneira possível, não consegue estipular o preço, pois este geralmente é ditado pelo mercado, e sempre corre o risco na hora da comercialização, e em se tratando de frutas o caso é mais delicado, devido ao alto grau de perecibilidade.

Já Sachs (2008) diz que a agricultura familiar participa de quatro modos de produção: economia capitalista de mercado, economia solidária ou social (ex. cooperativas), produção de bens e serviços para autoconsumo e pequena produção, como por exemplo, indústrias caseiras.

Um dos participantes desta pesquisa participa tanto da economia de mercado, no caso das uvas, como da pequena produção, através da policultura praticada na propriedade e que lhe garante renda durante os outros meses do ano, visto que o mesmo recebe em duas parcelas o pagamento pela safra da uva; já no caso do produtor de morangos, apenas pequena produção, venda direta e institucional.

Ainda para Sachs (2008), referindo-se a inclusão dos pequenos agricultores em mercados, o autor diz que isto passa tanto pela atualização das competências e melhora da competitividade sistêmica dos produtores, como pelo acesso a ações afirmativas, tais como, acesso preferencial a crédito, tecnologias e mercado.

Justamente estes fatores expostos acima, são os que têm servido de “âncora” para os produtores envolvidos neste trabalho de pesquisa, um consegue sobressair-se por demonstrar muita competência técnico-produtiva, e o outro produtor em questão, a utilização das ações estatais para a categoria, é o que tem lhe permitido investir e atualizar-se, buscando ser mais competitivo no mercado.

Tavares dos Santos (1978) já observara a dinâmica de comercialização dos produtores de uva na Serra Gaúcha e constatava a difícil, porém necessária, negociação das grandes indústrias com os pequenos produtores, pequenos por que especificamente neste local estudado, as propriedades tinham no máximo 25 ha.

Proibidos pelo Estado, por questões sanitárias e posteriormente com o advento das cooperativas vinícolas, não podiam mais produzir seu próprio vinho, do modo como sempre fizeram, estes produtores passaram então a entregar a uva para a indústria, e como todo produto primário, ou *in natura*, perdiam a possibilidade de agregação de valor.

Neste trabalho também foi observado a dependência do produtor em relação à indústria, visto que dada à perecibilidade das frutas e a quantidade produzida, é muito difícil para o agricultor dispor de meios de armazenamento e refrigeração que possibilitem comercializar em outras épocas do ano, e não somente na safra.

A comercialização é uma etapa tão ou mais importante para o produtor rural quanto à produção em si, pois é neste momento que transforma a alocação dos recursos empregados em capital para novos projetos ou continuidade de seus empreendimentos.

Para Souza Filho; Bonfim (2013), é nesses mercados, que o produtor corre uma série de riscos, podendo ter seus produtos recusados ou obter preços reduzidos. Normalmente envolve quantidades pequenas, o que impede que participe de mercados mais complexos e exigentes.

Para os autores, há necessidade de várias competências por parte dos produtores, principalmente quanto ao planejamento da produção e comercialização, a fim de atender a demanda de seus produtos com regularidade.

As duas famílias que participam deste estudo praticam a venda direta. No caso dos morangos, tomates e flores, o produtor fixa um local no perímetro urbano da cidade ou da cidade vizinha e ali realiza o comércio.

Já no caso das uvas, estão há bastante tempo no mercado, e em se tratando de venda direta, trabalham com encomendas, porém, também realizam venda diretamente, mas sem local definido.

O casal que produz uvas em alguns anos também produz morangos, mas segundo a produtora é bastante desafiador, pois precisa colher diariamente e realizar as entregas no mesmo dia, o que dificulta bastante o trabalho, devido aos deslocamentos e horários necessários para atender a demanda e conseguir comercializar toda a produção colhida do dia.

Um dos objetivos deste trabalho vai ao encontro do exposto por Norder (2009, p.63), onde o autor diz que é preciso "(...) focalizar as estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção e fortalecimento da autonomia e sua particular

interação com o processo de mercantilização e externalização da produção (...), com isso o autor afirma que haveria um aumento, tanto na absorção de trabalho quanto na rentabilidade das atividades.

Segundo Ploeg (1992b) apud Schneider (2010), “a mercantilização da agricultura é o processo através do qual os elementos e as etapas que integram a atividade produtiva são externalizados”, ou seja, o mercado determina a forma de produção. Uma das unidades de pesquisa está inserida justamente neste mercado, portanto será objeto de análise deste estudo a forma de interação entre produtor e indústria. Já a segunda unidade analisada pratica outro tipo de relacionamento com o mercado, sendo a venda direta, evitando intermediários, e através de programas governamentais (PNAE), fornecendo seu produto para merenda escolar do município.

Para Buainaim, Romeiro, Guanziroli (2003, pág. 17), a falta de políticas e recursos necessários à produção “impõem sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar mais moderna e, principalmente, sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente”. Percebe-se a grande dificuldade e dependência externa encontrada por pequenos produtores para viabilizarem suas operações e atividades, tanto no mercado financeiro como de serviços.

Para estes autores, “o grande desafio é apoiar a agricultura familiar para que a mesma possa responder e adequar-se, de forma consistente, às mudanças do contexto econômico e institucional” (BUAINAIM; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, Pág.24). O ideal seria buscar nichos de mercado com algum valor agregado, potencializar as características próprias das unidades familiares, como a mão de obra ou criação de uma agroindústria.

### **2.3 Fruticultura**

A fruticultura é uma atividade que utiliza grande quantidade de mão de obra e atende a necessidade de viabilizar as pequenas propriedades e a fixação do homem no meio rural. Para tanto, é necessário o incentivo e o estabelecimento de parcerias com os setores de produção e comercialização, envolvendo setores públicos e privados para que os produtores possam produzir para o mercado interno, buscar novos mercados e aproveitar os excedentes nas agroindústrias

(FACHINELLO & NACHTIGAL, 2008).

Segundo dados do CDFIMS (1997) apud Rathmann; Hoff; Padula ( 2006), uma das maiores atrações para os investimentos em fruticultura é a sua grande rentabilidade. Em culturas como a viticultura, por exemplo, o valor chega a ser sete vezes maior que a rentabilidade dos produtos tradicionais como a orizicultura. Alia-se favoravelmente a isso o fato de que o estado tem uma histórica vocação para o desenvolvimento da cadeia produtiva de uvas e outras frutas.

A fruticultura participa diretamente na economia do País através do valor das exportações e mercado interno, e pode-se salientar ainda a importância no caráter econômico-social, uma vez que está presente em todos os estados brasileiros, sendo responsável pela geração de 5,6 milhões de empregos diretos, o equivalente a 27 % do total da mão de obra agrícola do País. O setor de fruticultura está entre os principais geradores de renda, emprego e de desenvolvimento rural do agronegócio nacional. A atividade frutícola possui elevado efeito multiplicador de renda e, portanto, com força suficiente para dinamizar economias locais estagnadas e com poucas alternativas de desenvolvimento (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

A EMBRAPA Clima Temperado, com sede em Pelotas/RS, além do melhoramento genético realiza diversos trabalhos para adaptação de cultivares para fruticultura. Trabalhos desenvolvidos nas áreas de fitotecnia, propagação *in vitro*, fitossanidade, sócioeconomia, pós-colheita, processamento e alimentos funcionais são alvo de pesquisas com a finalidade de gerar informações importantes para o desenvolvimento da cadeia frutícola.

Segundo a EMBRAPA Clima Temperado, o morango é uma das frutas que está no programa de melhoramento genético. Acredita-se que em poucos anos serão disponibilizadas cultivares mais produtivas, com boa qualidade e adaptadas às condições de clima e solo da região.

Segundo Ferreira (2001), a base agrícola da cadeia produtiva de frutas abrange 2 milhões de hectares no Brasil, e gera em torno de 4 milhões de empregos diretos. Para o autor, na fruticultura é possível alcançar um faturamento bruto por hectare bem superior ao da produção de grãos.

Para finalizar este tópico e ratificar esta posição, o autor complementa:

Este setor demanda mão de obra intensiva e qualificada, fixando o homem no campo de forma única, pois permite uma vida digna de uma família dentro de pequenas propriedades e também nos grandes projetos (FERREIRA, 2001, pág.69).

## 2.4 Políticas públicas

Inicia-se esta seção com as palavras de Almeida (2009), onde o autor diz que “o Brasil possui uma das estruturas fundiárias das mais injustas do mundo, a política agrícola oficial e o padrão de desenvolvimento agrícola voltado à monocultura, principalmente *commodities* para exportação, associado a uma estrutura de representação política e institucionalização de interesses” (ALMEIDA, 2009, pág.59).

Neste mesmo sentido, Maluf (2009), afirma que há uma sobrevalorização do comércio internacional por parte do Brasil e que este padrão de desenvolvimento vigente é desigual e excludente, devido principalmente a falta de estratégias de desenvolvimento rural.

Para o autor, “em países de grande porte as trocas internacionais cumprem um papel importante, porém, complementar ao papel estratégico do mercado interno que será tão mais importante quanto mais equitativo for o padrão de desenvolvimento”. Diz ainda que, um modelo equitativo, exige a adoção de políticas e programas voltados principalmente ao sistema agroalimentar e ao desenvolvimento rural (MALUF, 2009, pág.159).

Diversos autores afirmam que apesar do Estado estar proporcionando recursos e disponibilizando alguns programas para fortalecimento da agricultura familiar, estas ações ainda são insuficientes para garantir a reprodução da categoria, precisaria de mais apoio na forma de assistência técnica e projetos extensionistas, porém, sem distinção e com critérios adequados a fim de não favorecer apenas os mais capitalizados.

As políticas públicas para agricultura foram pensadas e desenvolvidas principalmente para alavancar o setor na década de 1960 em diante, dadas as características impostas pelo mercado internacional, como a revolução verde, que prometia acabar com a fome no mundo e todo seu pacote tecnológico e, através da aceitação desse plano pelos governos, principalmente dos países menos desenvolvidos ou “periféricos”.

Nas décadas de 1960 e 1970 aconteceram mudanças profundas na agricultura brasileira, recolocando o Estado como propulsor da economia. Foram implantadas medidas como políticas de preços mínimos, expansão do crédito agrícola, eliminação do controle de preços, incentivo ao uso de sementes melhoradas e adubos, aumento na capacidade de armazenagem, mecanização, novos métodos de produção e facilitação para exportação (MULLER, 2007).

Para Oliveira (2001), o poder político desempenharia um papel de destaque no processo de penetração de relações capitalistas na agricultura. Esta é uma antiga discussão, hoje o Estado procura intervir através de políticas públicas e beneficiar uma classe que sempre foi desvalorizada; alguns teóricos preconizavam o fim da agricultura familiar por julgarem-na de subsistência e sem condições de ingressar em mercados competitivos, porém, as medidas adotadas até hoje ainda são um paliativo, pois precisaria uma melhor coordenação entre as cadeias para que o produtor consiga não somente manter-se na atividade, mas realizar investimentos que favoreçam uma melhor produtividade e rentabilidade e, sobretudo uma melhor qualidade de vida para a família, reduzindo principalmente, a penosidade do trabalho.

Segundo Sachs (2008) é necessário a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade social dos mercados, ou seja, os mercados são imperfeitos e cabe ao Estado tentar corrigir ou minimizar as distorções existentes. Isto é extremamente difícil, pois sempre há um jogo de interesses, sejam políticos ou mercadológicos, às vezes até corporativos, que sobressaem e sobrepõe-se, por isso, nem sempre a “mão invisível” do Estado consegue atenuar ou minimizar os problemas decorrentes.

Já para Graziano da Silva (1996), o Estado é quem planeja, quem dá condições privilegiadas a setores, como crédito, financiamento, preços, dentre outros, para que cada um dos agentes econômicos possa extrair seu lucro. Ainda persiste a ideia de um Estado centralizador, embora predomine a economia de mercado, o agente regulador, que estipula as regras do jogo, as liberações, as facilitações para que o produtor rural possa investir e procurar adequar-se às exigências do mercado, ainda são controladas em grande parte pelo Estado, embora a iniciativa privada já esteja presente em diversos elos da cadeia, como extensionistas, técnicos, etc.

A política agrícola está subdividida em políticas de mercado, (preços, comercialização e crédito), políticas estruturais (fiscal, pesquisa tecnológica e extensão rural, infraestrutura, recursos naturais e meio ambiente) e políticas ou programas especiais de desenvolvimento rural, estas últimas têm o objetivo de atingir segmentos específicos, principalmente aqueles que foram excluídos da modernização produtiva ou encontram-se empobrecidos (MULLER, 2007).

Os trabalhos que abordam políticas públicas para agricultura familiar apenas se detêm sobre o sucesso ou insucesso do programa, não são analisados os processos que lhes deram origem, apenas são observados os impactos e os resultados das políticas (MULLER, 2007). Portanto, torna-se premente e necessário encontrar alternativas para as políticas agrícolas clássicas.

Segundo Oliveira (2001) assistiu-se no Brasil, nas últimas décadas, a uma expansão violenta das culturas de produtos de exportação, em detrimento aos produtos para o mercado interno para alimentar a população brasileira. No cenário local estamos constatando exatamente a afirmação acima, no início dos anos 2000, Dom Pedrito possuía uma área plantada de soja em torno de 2000 ha, já em 2012 foram 47500 ha e na safra 2013/14 foram quase 80000 ha (FEE/RS 2014). Estes dados confirmam o exposto acima e cria-se certa contradição, em quase todos os lugares acontece o mesmo fenômeno, pois a população local e regional consome produtos vindos de fora e produz basicamente produtos para exportação.

Isto significa dizer que o País ainda privilegia as culturas de exportação, mantendo sua tradição histórica, em detrimento dos pequenos e médios agricultores que estão voltados principalmente para produtos alimentares.

A participação dos beneficiários no processo de construção, implantação e gestão das políticas foi um passo significativo alcançado pelos movimentos sociais, aos quais se deve em grande parte as melhorias ou benefícios alcançados até hoje, significa que houve participação dos principais atores envolvidos e, principalmente, descentralização nas decisões.

Para Sachs (2008), longe de serem meramente políticas sociais, a reforma agrária e as medidas de apoio à agricultura familiar afiguram-se como alavancas importantes da estratégia de desenvolvimento.

Para o autor, um aumento da escala das produções já existentes, acréscimo de novos módulos ao sistema familiar de produção agropecuária e investimentos

não monetários, na criação de pastos, nas benfeitorias e na moradia seriam estratégias de desenvolvimento necessárias.

A heterogeneidade da agricultura familiar é um dos principais fatores limitantes para os formuladores de políticas públicas, pois há uma gama de diferenças tão grande que dificultam a implantação de políticas públicas voltadas para o setor; “não apenas entre as regiões mas dentro de cada região”, é o que revelou o projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BITTENCOURT; DI SABATTO, 2000).

O objetivo social e econômico de uma política pública pode ser a elevação da renda agrícola e isto exige a elevação da produtividade, que por sua vez depende de investimentos de toda ordem, de inovações tecnológicas, de capacidade de gestão das inovações e da própria inserção em mercados cada vez mais exigentes (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Para Souza Filho; Bonfim (2013), há um longo caminho a ser percorrido até que se consiga colocar em prática um verdadeiro desenvolvimento no campo, embora tenham havido diversas mudanças e transformações nos últimos anos:

Ainda que faltem avaliações mais objetivas sobre o desempenho das políticas de desenvolvimento rural recentes, é possível argumentar que, em geral, são políticas que não atendem a todas as condições necessárias para promover a inserção de um grande segmento de pequenos agricultores em mercados exigentes e mais rentáveis. Em muitos casos, falta um projeto que articule os incentivos à produção com as exigências do mercado (SOUZA FILHO; BONFIM, 2013).

Rathmann; Hoff; Padulla (2006), ao analisarem dados do Comitê de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul/RS – CDFIMS (1997), concluíram que para diminuição das desigualdades econômicas e regionais, diversos setores governamentais vêm trabalhando no sentido de criar estratégias de desenvolvimento, principalmente através da vocação regional agrícola e a busca por cadeias diferenciadas. Para os autores a Região da Campanha Gaúcha apresenta um grande potencial, em virtude dos solos aptos para o cultivo de frutas.

Dom Pedrito, por exemplo, têm demonstrado que a produção de frutas na região é possível, pois já produziu melão em grande quantidade e atualmente produz uvas, figos, ameixas, laranjas, morangos, melancias, dentre outros. O que falta ao município e na região como um todo, é uma coordenação na cadeia

produtiva, seja através de associações organizadas ou até mesmo com o apoio estatal, pois falta logística adequada, armazenamento, câmaras de resfriamento, centrais de distribuição e embalagem, dentre outros, o que obriga a população local a consumir frutas oriundas de outros lugares.

Para finalizar esta seção, uma síntese do que ocorreu no passado com as políticas na agricultura praticadas pelo Estado, em relação ao momento atual e suas prováveis consequências a pequenos produtores:

Diagnósticos produzidos no passado assinalaram com grande ênfase a insuficiência e/ou deficiência das políticas agrícolas como uma das principais explicações para a exclusão de pequenos produtores dos mercados. A partir desses diagnósticos, governos têm promovido políticas de crédito, de assistência técnica, de desenvolvimento tecnológico e oferta de infraestrutura básica (água, energia e transporte) que têm obtido êxito limitado para a inserção sustentável desses agricultores (SOUZA FILHO; BONFIM, 2013 págs. 89,90).

#### **2.4.1 Pronaf**

A partir da década de 1980 com a redemocratização do País, volta a cena com mais força as reivindicações dos movimentos sociais ligados ao campo, alguns autores falam em motivos puramente eleitorais, porém o resultado disso é que na década de 1990 houve avanços significativos, embora com muitas falhas no começo. Mas dessas lutas surge o PRONAF (1996), vindo a tornar-se até hoje um dos principais instrumentos de apoio a pequenos e médios agricultores e, com a responsabilidade de amortizar uma “dívida social” gerada por décadas.

O PRONAF é considerado por muitos como um instrumento de superação das desigualdades no campo e democratização no acesso às fontes de financiamento da agricultura (SACCO DOS ANJOS, 2004). Outros alegam que os recursos são insuficientes e mal distribuídos entre as categorias, e que os destinatários ou público alvo beneficiados não sejam escolhidos devido a sua condição de infraestrutura.

O PRONAF seria uma tentativa de incorporar os pequenos agricultores ao sistema de mercado, facilitando a transição de uma agricultura de subsistência para uma mercantil, porém apenas o crédito não resolve os problemas históricos aos quais foram submetidos (BUAINAIM; GARCIA, 2013). Esta é uma das principais

críticas ao programa, privilegiar produtores melhores estruturados ao invés de fomentar e incentivar os menos favorecidos.

Inicialmente, o crédito era o principal objetivo, porém com o tempo foi sofrendo alterações e melhorias resultando em apoio à comercialização, como aquisição de produtos da agricultura familiar, estoques, garantia de preços mínimos. Também houve expansão quanto a assistência técnica e extensão rural e a criação do seguro agrícola para a categoria.

Para Tounneau; Sabourin (2007), o PRONAF teve outros importantes avanços no sentido de adaptar-se a realidade da agricultura familiar brasileira, tais como, articulação do crédito com outras políticas, estruturação da assistência técnica e extensão rural, criação de linhas específicas de financiamento e identificação das cadeias produtivas para criar ações visando a inserção no mercado.

O produtor de morangos participante desta pesquisa já conseguiu acessar o PRONAF através do Mais Alimentos para aquisição de um pequeno trator, e o PRONAF Investimentos para aquisição de mangueiras e lonas quando começou a produção, há cerca de três anos, atualmente está comprando o material à vista.

Já o produtor de uvas nunca conseguiu acessar devido à restrições oriundas da época que plantava arroz (década de 1980/90), porém, em 2014, está pleiteando a aquisição de um segundo trator para a propriedade, através do PRONAF.

Veiga (2000, pág.178), diz que além de financiar a produção, o PRONAF também possui outros objetivos, como aprimoramento profissional, adoção de novas tecnologias, adequação e implantação de infraestrutura, dentre outros. Para o autor, o programa foi uma estratégia de parceria entre as três esferas governamentais e o setor privado (principalmente setor bancário), criando um novo ambiente institucional e visando desenvolvimento rural através de uma melhora na qualidade de vida desses agricultores.

Muitos produtores rurais que antes não possuíam nem mesmo conta em banco, hoje conseguem acessar crédito, com taxas reduzidas, justamente para apoiar e estimular os mesmos para que possam viabilizar sua produção, realizando investimentos e adquirindo poder de penetração em mercados, o que em muitos casos, antes era impossível.

Vale destacar as diversas linhas de financiamentos e os vários projetos existentes dentro do PRONAF, que acaba beneficiando categorias diferentes de

agricultores, por sexo e gênero, por exemplo, apoiando os mais jovens, as mulheres rurais, os diferentes grupos étnicos, etc.

As linhas de crédito do programa podem ser para custeio, investimento, comercialização, microcrédito, cooperativas e para assentados da reforma agrária. Além de programas específicos, tais como, Mais Alimentos, Mulher, Jovem, Agroecologia, Floresta, Agroindústria, dentre outros específicos para determinadas regiões do País.

#### **2.4.2 Pnae**

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), também conhecido como “merenda escolar” é um dos mais antigos programas de alimentação escolar do mundo, foi implantado em 1955 com o objetivo de contribuir com o rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis.

Os recursos financeiros para este programa são oriundos do Tesouro Nacional e assegurados pelo orçamento da União. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é o órgão responsável por administrar estes recursos e repassar as entidades executoras em âmbito estadual, municipal e distrito federal, sendo destas a responsabilidade de garantir a oferta da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de ensino.

Dos recursos repassados pelo FNDE, no mínimo 30 % devem ser utilizados para adquirir gêneros alimentícios produzidos por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural.

A escola beneficiária precisa estar cadastrada no Censo Escolar realizado pelo Inep/MEC e o cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista.

O programa Nacional de Alimentação Escolar surgiu em 2003 com o intuito de ajudar os agricultores familiares a comercializarem sua produção.

A lei Nº 11.947/09 regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e determina a utilização de, no mínimo 30% dos recursos oriundos do (FNDE), para a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Neste município onde foi realizado este estudo e como regra geral, o produtor necessita ir até o órgão de assistência técnica do estado, neste caso a EMATER, que é o órgão responsável pela intermediação, e manifestar interesse em participar

das chamadas públicas ofertando seu produto, indicando a quantidade a ser fornecida.

Segundo o FNDE, o encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar propicia uma transformação na alimentação escolar ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos localmente, possam ser consumidos diariamente por alunos da rede pública de ensino.

Um dos participantes deste trabalho, caso do morango, embora há pouco tempo realizando a atividade de agricultura por conta própria, já conseguiu comercializar em quatro semestres consecutivos, através deste programa com a Prefeitura Municipal de Dom Pedrito e, já começou a enviar a documentação para viabilizar novamente para a safra deste ano, 2014/15.

Porém, o produtor queixa-se com o sistema de entregas adotado, diz que perde muito tempo e tem custos com combustível, pois precisa entregar nas escolas localizadas na zona urbana, sendo uma de cada vez, não existe um centro de distribuição ou local único que possa realizar a entrega do produto.

Já o segundo produtor participante deste trabalho (caso das uvas), com a intenção de participar das chamadas públicas e ofertar frutas através do PNAE, está aumentando a área cultivada que possui de bergamotas, pois segundo os mesmos, este produto não está sendo adquirido de produtores locais pela falta de oferta, tendo que ser adquirido de outras fontes.

Este mesmo produtor, quando conseguir implantar uma agroindústria, a qual está em fase de projeto e análise pelos órgãos competentes, pretende fornecer suco de uva através do referido programa.

Este produtor afirma nunca ter necessitado dos serviços da EMATER, dado que não existem técnicos especialistas em uva, pela primeira vez está requerendo os serviços, porém, para a implantação da agroindústria.

Os produtores de morangos mantêm contato permanente com a EMATER, visto que é o órgão articulador, que visita a propriedade para verificar a produção e elabora os projetos de venda para efetivar a participação no PNAE.

Segundo material disponibilizado pela Prefeitura Municipal deste município, e também segundo dados do escritório da EMATER local, o número de agricultores que participam do programa ainda é baixo, tendo sido iniciadas as compras no segundo semestre de 2010. As chamadas públicas para compra dos produtos são realizadas por semestre, tendo aumentado respectivamente, nesta ordem, na

primeira apenas quatro produtores, na segunda, cinco, na terceira, seis, na quarta, sete, na quinta chamada foram dez produtores, tendo diminuído para seis na sexta chamada realizada.

São adquiridos diversos produtos da agricultura familiar de outros municípios, pois não são encontrados ou disponibilizados aqui, é o caso do arroz, açúcar, feijão, macarrão, suco de uva integral, dentre outros.

Note-se que o suco de uva é requerido pelo município para alimentação escolar, sendo um dos produtos que uma das famílias participantes desta pesquisa possui, porém, necessita implantar a agroindústria, que está em fase de projeto de viabilidade. Um dos grandes empecilhos encontrados até o momento é a qualidade da água da propriedade, obrigatoriamente terão que construir uma cisterna para coleta de água da chuva e posterior tratamento.

Ainda segundo dados do escritório da EMATER local, em material de divulgação de seu trabalho, outros gêneros que são produzidos nesta localidade e que poderão ser adquiridos de produtores familiares do município, através do PNAE: Mel, charque, leite, ovos. Também as frutas, uva, laranja, bergamota, melancia, melão, pêssego, limão, goiaba e figo.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Procurou-se apresentar neste trabalho as dinâmicas locais de desenvolvimento da agricultura familiar sob a óptica de duas unidades familiares, circundadas por um contexto geral de agronegócio, tradicional produtor de *commodities*, mas que tem conseguido sobreviver mesmo sem ter uma cadeia estruturada e um ambiente propício para comercialização de frutas.

Segundo estudos da EMBRAPA, a condição edafoclimática é extremamente adequada no município para produção de frutas. Por possuírem grande capacidade técnica e gerencial, estes agricultores, que fazem parte desta pesquisa, tem conseguido bons resultados na produção, propiciando fazer melhorias na propriedade, aquisição de equipamentos necessários e tem lhes proporcionado uma melhora na qualidade de vida.

Foi realizado um estudo de caso com as duas famílias rurais; o primeiro a ser apresentado é o caso dos produtores de uvas, principalmente viníferas, mas que também produzem uvas de mesa e outras frutas em menor escala. O segundo, é o dos produtores de morangos, embora cultivem outros gêneros como alternativa de renda, tais como, flores sempre vivas, tomate, milho verde e algumas hortaliças.

Abaixo estão os dois casos com todas as informações coletadas junto ao produtor e sua família, mostrando as especificidades de cada unidade familiar e buscando responder a questão inicial da pesquisa.

Ressalte-se que não foi possível fazer a “triangulação” dos dados, que seria cruzar as informações obtidas com outras fontes, dada a limitação da pesquisa em conseguir os documentos com os produtores e pela negativa de alguns especialistas na área, tanto no ramo da viticultura como do morango.

Embora fosse extremamente importante fazer o cruzamento dos dados, observações e entrevistas com a opinião de especialistas, entende-se que os dados foram fidedignos e coletados com fontes primárias, ou seja, com os sujeitos que praticam a ação e analisados criticamente.

#### 3.1 O caso do produtor de uvas

Os pais deste agricultor são de origem italiana e chegaram ao município de Dom Pedrito/RS na década de 1950, oriundos da região central do Estado, da cidade de Restinga Seca/RS, para plantar arroz.

Tiveram doze filhos, dos quais oito mulheres. Todas elas dedicaram-se principalmente aos estudos, vindo a tornarem-se funcionárias públicas, algumas na área de educação.

Os filhos homens continuaram a profissão dos pais, e são até os dias de hoje, agricultores. Dois dedicam-se ao cultivo de arroz, soja e pecuária, e dos outros dois, um dedica-se ao cultivo de arroz e videira, possuindo inclusive vinho de marca própria e industrializado, e o outro, que é um dos participantes deste trabalho, dedica-se quase que exclusivamente, ao cultivo da videira, como se explicará mais adiante.

Até o final da década de 1990, este produtor trabalhava em sociedade com o irmão no plantio de arroz e sendo também corresponsável pelo início das atividades do mesmo no cultivo da videira, vindo a ser um dos pioneiros no município de Dom Pedrito/RS neste tipo de cultura, pois até então, existia somente pecuária de corte de forma extensiva, plantio de arroz em larga escala e muito incipiente ainda, o cultivo da soja.

No início dos anos 2000, o produtor pesquisado termina a sociedade com o irmão, vendendo sua parte; capitaliza-se com o dinheiro proveniente da cultura do arroz, vende um imóvel urbano que possuía e adquire um lote de terra com 35 hectares, distante apenas 15 km do perímetro urbano.

No primeiro ano consegue apenas construir um açude e inicia as atividades de cultivo da videira no ano seguinte, adquirindo mudas de um viveiro de Santana do Livramento, aproximadamente 5000 mudas. Começa então a realizar um sonho, ter a sua própria propriedade e começa a trabalhar com uvas, sua grande paixão.

Utilizou-se o termo “produtor de uvas” durante o trabalho, porém, este produtor e sua família cultivam outros produtos em menor escala, o que lhes garante uma boa renda durante praticamente todo o ano. Cultivam melão, batata doce, mandioca, milho verde e em alguns anos, morangos.

A propriedade é conhecida no município como “chácara das frutas”, mas não existe identificação na entrada da mesma.

Nos mais de dez anos que produzem uvas, principalmente viníferas, para vinhos finos e espumantes, apenas em uma safra, no momento da colheita, receberam a notícia que a indústria vinícola localizada na Serra Gaúcha, a qual sempre comercializavam toda a produção, naquele ano não necessitava das suas uvas. A safra tinha sido muito boa e estavam com excesso de oferta. Isto foi um

choque para o produtor e sua família, pois não tinham o que fazer com tanto produto, muito menos como armazenar, devido a alta perecibilidade.

Foi através deste revés que obrigaram-se a adquirir alguns equipamentos básicos para produção de vinho, começaram a produzir artesanalmente e tem sido de grande valia, pois tem lhes garantido uma ótima renda durante o ano. Produzem vinho com a uva excedente da indústria e comercializam com amigos e parentes.

Embora a produção de uvas para vinhos finos e espumantes seja o produto que traz o maior faturamento para a propriedade, produzem também algumas variedades de uvas americanas, com as quais fazem suco de uva ou vendem diretamente ao consumidor final *in natura*.

A impressão e as percepções que verificamos no decorrer e ao analisar os dados da pesquisa, é que o produtor tem conseguido ótimos resultados, tanto em termos de produtividade como de qualidade, isto referindo-se às uvas viníferas, que são o carro chefe da propriedade, ou seja, o produto que lhe dá o maior faturamento, principalmente porque é o de maior quantidade. Cerca de 80 % da produção é vendida diretamente para a indústria, o que causa uma grande dependência, parte é vendida para produtores de vinho artesanais da própria região e parte é transformada em vinho para comercialização própria.

Analisamos também que a policultura, o plantio de outras frutas em épocas diferentes tem trazido ao produtor e a propriedade uma renda significativa e que de certa forma, lhe garante ter entradas de dinheiro ao longo do ano, deixando o faturamento advindo das uvas viníferas ou européias, somente para investimentos de maior monta, tanto pessoal como para a propriedade.

Somente nos últimos três anos, com o valor recebido pelas uvas entregues à indústria, o produtor e sua família conseguiram adquirir um trator novo de 75 cavalos, um veículo particular também novo, e na última safra, durante esta pesquisa (2013/14), adquiriu um apartamento na planta, na zona urbana do município, o qual pretende quitar com o pagamento realizado pela indústria nesta safra, pois os dois filhos estudam e necessitam morar na cidade.

Ainda referente a parte econômica, vale ressaltar que o casal de produtores paga mensalidade de uma escola técnica para o filho e, recentemente começou a pagar uma graduação universitária para a filha.

Como a família não utiliza toda a sua área, que são 35 hectares, usa em torno de 15 a 20 ha aproximadamente, arrenda parte da área restante para um vizinho

criar gado, por um valor irrisório, segundo as palavras do produtor, “o suficiente para pagar água e luz”. Talvez porque a viticultura ocupe boa parte do tempo da família sendo impossível aproveitar toda a terra. Importante observar que este mesmo vizinho é quem ajuda este produtor em épocas críticas como a colheita, na forma de mutirão.

Na parte de produção, a família cultiva uvas viníferas das variedades cabernet sauvignon, merlot e chardonay, esta última bastante requisitada pela indústria para produção de espumantes de alta qualidade. Dentre as variedades de uva de mesa, produzem a uva isabel, niágara rosa, concorde e uva sem sementes.

A indústria fornece uma caderneta de campo ao produtor, na qual devem ser anotados todos os tratamentos culturais, por tipo, data e quantidade. Faz análise de solo anualmente, na vizinha cidade de Bagé/RS, através do laboratório da Universidade da Região da Campanha – URCAMP, ou quando precisa de uma análise mais completa, envia para um laboratório em Porto Alegre/RS. A correção do solo é feita somente quando necessária.

Quanto aos custos de produção admitem não fazer mais o controle, dizem que devido a experiência não precisam mais anotar os valores, porém, atualmente está sentindo a necessidade de voltar a controlá-los, devido a suba nos preços de alguns insumos. Dizem ter uma média de 20 a 23 % do faturamento com os custos totais de produção.

A família afirma ter obtido um faturamento no ano de 2013, de aproximadamente 230,5 salários mínimos<sup>1</sup> e tem a pretensão de atingir 280 salários para este ano de 2014. Além de comercializar as uvas para vinhos finos com a indústria, uma pequena parte desta é vendida para produtores de vinho individuais, em Bagé e Dom Pedrito.

Estes produtores receberam da indústria este ano, relativo a safra 2013/14, o equivalente a 208 salários em dois pagamentos, referente as uvas para vinhos finos, com uma média de 2 reais o kg da uva. Cultivam uma área de 7,5 ha para estas uvas e tiveram uma produtividade média de 10.000 kg. A produtividade foi baixa em relação a anos anteriores, mas houve casos na região de grandes prejuízos, devido ao verão chuvoso e o alto índice de umidade.

Somente nos primeiros meses de 2014, a família admite ter percebido uma renda de 12 salários mínimos em janeiro, 15 salários em fevereiro, 6,6 salários em março, 6,7 salários em abril. Todos estes valores foram devidamente anotados e são

<sup>1</sup>salário mínimo nacional em 13/08/2014 de R\$ 720,00

referentes à venda direta aos consumidores dos seguintes produtos: suco de uva, vinho, uva *in natura*, melão, melancia, tomate, rúcula e batata doce.

A família afirma ter auferido uma renda de 5,55 salários mínimos somente com a venda de batata doce. Segundo as palavras do produtor “é possível sobreviver em uma chácara pequena”, referindo-se aos valores acima e as queixas de vizinhos que dizem que é muito difícil continuar no meio rural.

O agricultor e sua família além da vocação para trabalhar com a agricultura tem paixão pelo que fazem, embora se perceba que o trabalho por vezes, seja solitário, cansativo, rotineiro, não veem dificuldades maiores; por certo, a pouca distância entre a propriedade e o perímetro urbano é um fator positivo, em torno de 15 km. O produtor diz que é uma distância ideal, nem muito perto, nem muito longe, fala isto devido aos abigeatos, que são corriqueiros na região, podendo vir a aumentar pela ausência de um posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 293.

Esta família orgulha-se da qualidade da uva que produz, tendo inclusive ganho um certificado como melhor uva recebida pela indústria na safra 2012/13. Segundo o produtor é o que tem lhe garantido negociar praticamente toda a produção com a mesma indústria há anos, a credibilidade que conquistou.

Em determinados anos que produziram morangos, conseguiram comercializar com uma rede de supermercados local e recebiam mensalmente, o restante vendiam diretamente aos consumidores.

Estes agricultores familiares estão inseridos numa cadeia produtiva extremamente relevante para o Estado do Rio Grande do Sul. Embora na região o número de hectares plantadas ainda não seja um fator preponderante, mas a qualidade do produto final tem demonstrado o grande potencial que ainda pode apresentar, servindo de estímulo para a região como diversificação de produtos.

Esta família não quis se manifestar quanto às dificuldades encontradas na atividade, a não ser pelos fatores ambientais, por exemplo, a ocorrência de pássaros na cultura, alguns até raros na região. Através das observações realizadas foi constatado que a propriedade está sendo circundada por plantações de soja, isto poderá se tornar um risco à produção de uvas, devido principalmente às aplicações de produtos pelos vizinhos.

Foi percebido também, que a dependência da indústria é um fator de risco bastante significativo, porém inevitável, dadas às especificidades desse mercado.

Estão preparados neste sentido pelo fato de saberem produzir sucos e vinhos e por já disporem dos equipamentos básicos necessários. Se vierem a contar com uma agroindústria, o risco de comercialização será minimizado.

As alternativas e estratégias utilizadas até hoje, têm de alguma maneira surtido efeito, dado o progresso que vem obtendo. O trabalho e a dedicação tem sido uma constante e estão sempre projetando o ano seguinte.

### **3.2 O caso do produtor de morangos**

Os pais deste produtor são de origem alemã e chegaram ao município de Dom Pedrito há cerca de 30 anos, com dois filhos, um menino e uma menina, vindos do centro do Estado, da cidade de Paraíso do Sul/RS, quando o produtor entrevistado era uma criança. Adquiriram 1,5 ha de terras e começaram a cultivar hortaliças, legumes e, principalmente morangos.

Anos depois abriram uma fruteira na cidade, onde comercializavam seus produtos, os filhos é quem atendiam, mas isto veio atrapalhar a produção e com o surgimento de grandes fruteiras na cidade, resolveram encerrar esta atividade voltando a morar e trabalhar exclusivamente na zona rural.

Esta propriedade, citada acima, distava em torno de 10 km da cidade, posteriormente foi vendida, vindo a ser adquirido um sítio de 11 ha, distante apenas 3 km do perímetro urbano, no qual trabalham até hoje.

Esta pesquisa acompanhou este jovem casal de produtores a partir do final do ano de 2013 (já no final da safra do morango), até o inverno de 2014, quando recomeçou o plantio. Foram realizadas três visitas à propriedade para coleta dos dados.

O entrevistado desta pesquisa está na faixa dos trinta anos e há cerca de três anos passou a arrendar do pai uma área de 3 hectares onde está cultivando morangos, tomates, flores sempre vivas, milho verde e algumas hortaliças. O pai cobra 12 % do faturamento da área arrendada ao ano.

A esposa também vem de uma família de agricultores do centro do Estado, da cidade de Paraíso do Sul, onde os familiares são plantadores de fumo.

A propriedade é bastante conhecida no município, como “chácara dos moranguinhos”. Possui identificação na entrada e pode ser vista por quem trafega na BR 293. Conhecida por terem tradição nesta cultura e também por possuir um

campo de futebol, que alugam e de onde conseguem obter uma boa renda mensal, atualmente está sendo administrada pelo pai do produtor.

Têm-se utilizado de algumas políticas públicas para fazer investimentos na propriedade, tais como, um pequeno trator novo, através do Programa Mais Alimentos, está pleiteando uma casa, através do Programa Nacional de Habitação Rural, e também está em tratativas de criar uma agroindústria através de um programa estadual, para que possa industrializar a polpa do morango e também algo referente ao tomate.

Trabalha somente o produtor e a esposa, necessitando de mão de obra apenas nas épocas mais críticas, como a colheita do morango, por exemplo; segundo ele, está muito difícil de conseguir gente que queira trabalhar na zona rural, principalmente com morangos, dado ser uma cultura rasteira e de difícil manuseio.

O produtor, uma vez por ano, vai na região mais tradicional na cultura do morangueiro, na cidade de Feliz/RS, conhecida nacionalmente como capital do morango, a fim de adquirir novas técnicas e mais conhecimento.

Já está sendo implantado, em fase de testes, a produção de morango numa altura mais elevada (bancada), o que propicia um menor esforço ergonômico; porém devido ao alto custo com materiais, principalmente madeira, talvez não consiga realizar numa área muito grande, o que tornaria o trabalho menos penoso, sendo um dos principais motivos da falta de mão de obra na colheita.

Adquiriu também um encanteirador que usa acoplado ao trator. Segundo ele, este trabalho é realizado em dois ou três dias, e no passado, quando ajudava o pai a fazer manualmente, levavam cerca de dois meses.

Este produtor já realizou por dois anos consecutivos a comercialização com a Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, através do PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a intermediação do escritório local da EMATER e já encaminhou a documentação recentemente para negociar os produtos da safra 2013/14.

Além desta forma de escoar a produção, o mesmo adquiriu um veículo tipo furgão, no qual vende diretamente seus produtos no centro da cidade e no município de Bagé/RS, distante 60 km. Pretende adquirir outro veículo e deixá-lo na cidade vizinha, assim precisaria somente levar os produtos (morangos e as flores).

Na época da safra do morango, segundo o produtor, perde muito tempo nos deslocamentos, principalmente porque nas entregas para a Prefeitura Municipal, precisa ir de escola em escola, o ideal seria um centro de recebimento.

O produtor alega que seu produto (morango) é de base orgânica, principalmente devido ao fertilizante natural que usa e outras práticas, como o uso de cauda bordalesa, extrato de nin, etc. Porém, segundo ele, já tentou diversas vezes uma certificação, porém esbarrou na burocracia e, principalmente no alto custo, o que inviabilizaria sua produção.

A família reclama da burocracia enfrentada em quase todas as instituições as quais dependem, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que libera a DAP, (Declaração de Aptidão ao Pronaf), da EMATER, e também do PNAE, fazendo com que o produtor quase desista de negociar sua produção, tamanha a burocracia e a demora em conseguir os documentos necessários.

Segundo relatos do produtor não irá conseguir, para este ano, o financiamento para a agroindústria que estava pleiteando, apenas um produtor de queijos em Dom Pedrito/RS foi escolhido como beneficiário, talvez porque já estivesse em negociação há bastante tempo.

Também não irá concretizar-se este ano o sonho de uma moradia nova, através do Programa Nacional de Habitação Rural, Minha Casa, Minha Vida Rural, segundo o produtor tinha sido incluído entre os 26 beneficiários do município, de um total de 96; inclusive já havia começado a pagar as parcelas, mas diz que foi cancelado para o município para este ano, com a possibilidade de retornar em 2015.

Segundo esta família, foi alcançado um faturamento bruto de aproximadamente 60 salários mínimos<sup>1</sup> em 2013. Não realizam mais o cálculo dos custos de produção, dizem que fizeram apenas no primeiro ano, quando da implantação das culturas, e que pela experiência conseguem definir os custos.

Segundo determinadas classificações, pode-se considerar que estes produtores rurais situam-se entre os que estão descapitalizados, pois a cada novo investimento na propriedade necessitam recorrer a financiamentos, através de subsídios estatais, por intermédio das políticas públicas para o setor, sendo que o ponto positivo nesta situação são os juros mais baixos.

Uma das dificuldades e perdas apontadas por esta família é a inconstância do clima, tais como, geadas tardias, verão seco e calor excessivo, sendo que este último é extremamente prejudicial a cultura do morango, dada sua sensibilidade.

<sup>1</sup>salário mínimo nacional em 13/08/2014 de R\$ 720,00

Uma dos grandes riscos percebidos e que poderão enfrentar no futuro, poderá vir a ser o término do contrato de arrendamento que mantém com os pais, por alguma desavença familiar ou algo semelhante, pois ainda não estão preparados para lidar com esta situação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise feita nas duas unidades familiares produtivas através de observações e principalmente pelas entrevistas realizadas com as famílias, chegou-se às seguintes considerações:

Primeiro, que os produtores têm grande capacidade técnico-produtiva e, embora não realizem formalmente registros econômicos da propriedade, como custos de produção, dentre outros, também demonstram alto grau de empreendedorismo e capacidade gerencial, visto que têm conseguido avançar do ponto de vista da infraestrutura.

As perspectivas à curto prazo são boas, visto que os mesmos estão em franco processo de capitalização e de investimentos nas propriedades, seja adquirindo novos equipamentos e maquinários, como a intenção de ampliar a área produtiva.

Ambos pretendem aumentar a área cultivada, porém com moderação, devido principalmente a escassez de mão de obra nas épocas críticas, como a colheita, por exemplo. Os dois estão pleiteando junto a um programa estadual, e através do PRONAF Investimentos, a possibilidade de implantação de uma agroindústria, a qual agregaria valor aos seus cultivos, sem contar que diminuiria consideravelmente as perdas.

Embora as duas unidades objetos de pesquisa possam ser enquadradas na cadeia da fruticultura, ressalta-se as especificidades de cada uma, com suas diversas peculiaridades, tais como o manejo, a mão de obra disponível na região, a existência de vinícolas mais próximas (que pode vir a ser uma forma de comercialização mais viável), o tempo de trabalho empregado em cada cultura, dentre outros.

Um dos casais pesquisados tem em média 30 anos (caso do morango), o outro casal está na faixa dos 50 anos (caso da uva). Este último possui dois filhos, sendo que o filho homem gosta muito das atividades desenvolvidas pelos pais, inclusive ajudando na época da colheita, mas não sabe se dará continuidade aos negócios; já a filha mulher, está na iminência de começar uma graduação em educação física, não é muito ligada as atividades rurais, sendo que os próprios pais preferem que os filhos estudem e tenham outras oportunidades na vida.

Procurou-se desenvolver durante o trabalho através dos questionamentos feitos as duas famílias, quais eram as estratégias utilizadas pelos mesmos para manterem-se na atividade, visto que, embora o solo e o clima da região sejam propícios para o cultivo de frutas, conforme trabalhos desenvolvidos pela EMBRAPA - Clima Temperado de Pelotas/RS, o ambiente não é dos mais favoráveis, já que na região predominam as culturas em larga escala e a bovinocultura, possuindo uma infraestrutura bem montada, ao contrário do ramo em que atuam; a fruticultura não possui uma logística adequada na região, necessitando de uma maior coordenação em toda a cadeia.

Observou-se que as duas famílias dedicam-se integralmente a agricultura e fazem também toda a parte da comercialização, sendo esta última um dos motivos de preocupação, pois, segundo os mesmos, a venda direta toma-lhes bastante tempo, devido principalmente aos deslocamentos, tempo este que seria dedicado às culturas.

Pode-se dizer que no caso da família produtora de uvas, estão totalmente integrados ao mercado, fazem investimentos anualmente, sempre com recursos próprios, têm planos de uma pequena expansão da área produtiva, novo maquinário, agroindústria, enfim, uma infinidade de pontos positivos que leva a considerar que as perspectivas são as melhores.

Quanto a aspectos negativos ou vulnerabilidades da propriedade, a família não quis manifestar opinião a esse respeito, porém, percebeu-se que a grande dependência da indústria, a incidência de fatores externos, como o grande número de pássaros, alguns raros para esta região (questões ambientais), o aumento na área plantada de soja, e as oscilações nos preços de mercado, derivados principalmente por uma maior ou menor oferta, são fatores limitantes e, até certo ponto imprevisíveis.

Traçando um paralelo entre as duas famílias de produtores, pode-se dizer que, ambos têm em comum, qualidades empreendedoras indispensáveis para quem precisa gerir o negócio e ao mesmo tempo fazer todo o trabalho, ou seja, produzir e comercializar;

Ambos reclamam da falta de mão de obra nas épocas críticas, e também da burocracia de alguns órgãos institucionais;

As duas famílias produtoras adquirem insumos de outra localidade, visto que não encontram no município produtos adequados às suas culturas, apenas o básico.

Nos dois casos estão procurando adquirir e acrescentar tecnologia às propriedades, principalmente para minimizar o esforço físico. Ambas já realizaram cursos de aperfeiçoamento na área de fruticultura e pretendem montar uma agroindústria para agregar valor a seus produtos.

Como pontos distintos, no caso da família produtora de uvas, encontra-se capitalizada, é proprietária da terra, não tem recorrido a financiamentos nos últimos anos, tem aumentado significativamente o patrimônio, tanto pessoal como do negócio e está totalmente inserida em um circuito mercantil, mantendo relações com a indústria processadora.

Já a família produtora de morangos, utiliza a terra por arrendamento, tem se utilizado de diversas políticas públicas voltadas para agricultura familiar, como PRONAF e PNAE, o tamanho da área é reduzido, sua comercialização é realizada basicamente com venda direta ao consumidor e institucional.

As principais estratégias utilizadas até o momento pelos produtores têm funcionado e apresentado excelentes resultados.

No caso das uvas, embora a dependência da indústria seja um fator de risco significativo, é apenas um dos meios de comercialização, sendo o de maior representatividade e respaldado pela qualidade do produto. A criação de uma agroindústria na propriedade irá minimizar este risco.

No caso dos morangos a venda institucional lhe garante um bom escoamento da produção, porém é na venda direta que auferem os maiores resultados. Também trará grandes benefícios a esta família a implantação de uma agroindústria, pois poderão agregar valor aos produtos e terão condições de armazenar, garantindo a venda em épocas distintas da safra.

Entretanto, apesar de todos os pontos positivos apontados nos dois casos, não se pode antever determinadas situações que possam vir a afetar estas duas unidades de produção. Tanto o mercado atual, como o mundo dos negócios é extremamente dinâmico e competitivo, portanto, não se pode afirmar com clareza que a sustentabilidade de hoje é garantia de um futuro promissor. O risco e a incerteza são duas constantes que todo empresário aprende a conviver e respeitar. Por isso, geralmente tomam suas decisões baseadas em conhecimento, informação e objetivos. No caso da agricultura familiar, os interesses da família estão acima muitas vezes, dos interesses do mercado, antes mesmo de pensar no lucro, a sobrevivência e a continuidade no meio rural, são os fatores preponderantes.

Para finalizar considerou-se que, as estratégias utilizadas até hoje por estas duas famílias tem, de alguma maneira, obtido resultado. Percebeu-se que estão investindo e progredindo, porém não se pode afirmar que estas mesmas alternativas encontradas hoje, serão suficientes para manutenção das propriedades. Acredita-se pelo caráter empreendedor de seus proprietários que conseguirão encontrar novas formas de comercialização e de produção, principalmente agregando valor a seus produtos e minimizando a dependência que sofrem atualmente da indústria e da venda direta do produto *in natura*.

Dadas as limitações da pesquisa, referentes a falta de cruzamento dos dados obtidos com a opinião de especialistas e também pela falta de pesquisa documental dos proprietários e das propriedades que não obteve-se acesso, fica aberta a possibilidade de novas pesquisas envolvendo tanto estes mesmos produtores como novos participantes incluídos na categoria agricultura familiar do município.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. - 2.ed. – Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação** - 9. ed. – São Paulo : Atlas, 2009.

**ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR**. 244p. Editora Bota Amarela. Erechim, Janeiro de 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora Hucitec – Anpocs – Editora da Unicamp – São Paulo - Rio de Janeiro - Campinas, 1992.

------. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em perspectiva**. – Abr/Jun, vol. 11, nº2: 73-78, 1997.

------. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária** – Vols.28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

BITTENCOURT, Gilson Alceu; DI SABATTO, Alberto. **Novo Retrato da Agricultura Familiar / O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA /FAO. Brasília, Fevereiro de 2000.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio. **Cadeia produtiva de frutas**. Brasília : IICA/MAPA/SPA, 2007.

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? **In A Pequena Produção Rural e as Tendências do Desenvolvimento Agrário Brasileiro: Ganhar Tempo é Possível?** - Brasília: CGEE, 2013.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. DOU de 25/07/2006. Acesso em 20/05/2014.

BRASIL. **Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar> Acesso em 20/05/2014.

CARDOSO, Joel Henrique; FLEXOR, Georges; MALUF, Renato S. *in* **Para Além da Produção : Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (orgs.) – Rio de Janeiro : MAUAD, 2003.

CUNHA, Alecsandra Santos. **Agricultura Familiar e suas Estratégias de Resistência na Campanha Gaúcha: O Caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica - Manoel Viana/RS**. Dissertação de mestrado. UFSM, 2013.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa Clima Temperado Pelotas/RS**  
Disponível em <http://www.cpact.embrapa.br/pesquisa/cadeias/fruticultura.php> acesso em 29/06/2014.

FERREIRA, Elandi de Freitas. **Estudo do Programa de Fruticultura Irrigada de Clima Temperado da Região da Campanha do Rio Grande do Sul, visto através do sistema integrado agronegocial (SIAN)**. Dissertação de Mestrado, UFRGS. Porto Alegre, 2001.

FACHINELLO, José Carlos; NACHTIGAL, Jair Costa. **Fruticultura: fundamentos e prática**. Pelotas, 2008. Disponível em [www.cpact.embrapa.br/publicacoes/.../fundamentos-fruticultura/index](http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/.../fundamentos-fruticultura/index).

FNDE – **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Diversos acessos. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>

FEE/RS – **Fundação de Economia e Estatística** – Rio Grande do Sul. 2014. Diversos acessos. Disponível em: <http://dados.fee.tche.br/>

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo, Atlas, 2009.

-----**Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. – 5.ed. – São Paulo : atlas, 2010.

GAZOLLA, Marcio. O Processo de Mercantilização do Consumo de Alimentos na Agricultura Familiar. *In* **A Diversidade da Agricultura Familiar** – SCHNEIDER, Sergio (org.) – 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 95-103, 2004.

GUILHOTO, Joaquim J.M. et alli. **Agricultura Familiar na Economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44p. (Estudos Nead; 9)

-----**PIB da Agricultura Familiar: Brasil-Estados** –Brasília : MDA, 2007. 172p. ; (NEAD Estudos ; 19).

GUANZIROLLI, Carlos. Mercados viáveis para inserção econômica dos agricultores familiares. *In A Pequena Produção Rural e as Tendências do Desenvolvimento Agrário Brasileiro: Ganhar Tempo é Possível?* - Brasília: CGEE, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Diversos acessos.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE/cidades. Rio Grande do Sul/Dom Pedrito/Síntese das informações**, 2011. Diversos acessos.

KÖCHE, Jose Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa**. 26. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2009.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação de Mestrado. UFRGS – Porto Alegre, 2007.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da Agricultura na Realidade Rural Brasileira. *In Para Além da Produção : Multifuncionalidade e Agricultura Familiar*. CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (orgs) – Rio de Janeiro : MAUAD, 2003.

----- . Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e segurança alimentar. *in Políticas públicas e agricultura no Brasil*. LEITE, Sérgio. (org.) – 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 256p. (Série Estudos Rurais)

NORDER, Luiz Antonio C. Mercantilização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial. *In A diversidade da Agricultura Familiar* – SCHNEIDER, Sergio (org.) – 2.ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. – São Paulo: Contexto, 2001. – Caminhos da Geografia

RATHMANN, Regis; HOFF, Débora Nayar; PADULA, Antônio Domingos. **Estratégias de desenvolvimento regional com base na diversificação da produção: O desenvolvimento da cadeia frutícola da Região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 14, n. 27, novembro 2006.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BONFIM, Renato Manzini. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. *In A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?* – Brasília: CGEE, 2013.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento : Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro : Garamond, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. - 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a.

----- (org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. 2 ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

SCHNEIDER, Sergio. et alli. (org.). **A Conquista da Autonomia Através dos Mercados: Como Pequenos Agricultores Mudaram sua Forma de Produzir e Comercializar a produção em Ipê (RS)**. Antropolítica. Niterói, n.28. p. 249-282, 1. sem. 2010.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura Familiar no Brasil: Características e Estratégias da Comunidade Cruzeiro dos Martírios – Município de Catalão (GO)**. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-28.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. **Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul**. RER, Rio de Janeiro, vol. 42, nº 03, p. 529-548, jul/set 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed. – 21. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2012.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. - Org. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas Locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VEIGA, José Eli da. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. Págs. 175/178 *in* **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Edison Teófilo (org.) et alli. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 200p. (Estudos Nead 2)